



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 35 - Nº 686 - DE 09 A 22 DE ABRIL DE 2023 - R\$ 5,00

## Finlândia se submete à OTAN

**Avança o cerco imperialista à Rússia!**

**A guerra se prolonga e os Estados Unidos impulsionam a escalada militar**

**SOMENTE O PROLETARIADO COM SEU PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO, SEUS MÉTODOS DA LUTA DE CLASSE, UNIDO E EM COMBATE, PODE SE OPOR E VENCER A OFENSIVA DO IMPERIALISMO**

**Todo empenho na campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)**

**Brasil: Combater a barbárie social com o programa da revolução proletária**

**100  
anos**

**da obra "Novo Curso",  
de Leon Trotsky**

*Há 100 anos, o Novo Curso assentava as bases da luta contra o revisionismo estalinista*



# Avanço da OTAN no cerco à Rússia

*Somente o proletariado com seu programa revolucionário, seus métodos da luta de classe, unido e em combate, pode se opor e vencer a ofensiva do imperialismo*

Era aguardado o ingresso da Finlândia na OTAN. A Turquia, finalmente, deu o seu consentimento. Espera-se, agora, que a mesma manobra do governo turco seja aplicada no caso da Suécia. Com a Finlândia, o braço armado dos Estados Unidos na Europa e no mundo passa a contar com 31 membros. O imperialismo e seus laços da imprensa internacional saudaram como um grande feito a serviço do objetivo de derrotar a Rússia na guerra que se trava em solo ucraniano.

Controlando uma área fronteiriça de mil e trezentos quilômetros, a OTAN dobra sua fronteira com a Rússia, se fortalece estrategicamente e pode impulsionar a escalada militar chefiada pelos Estados Unidos. Um contingente de 280 mil soldados e uma potente artilharia finlandeses passam ao controle do comando da OTAN e, portanto, do imperialismo norte-americano. O mais importante está em que as potências ocidentais conquistam mais um terreno para instalar sua máquina de guerra bem de frente à Rússia.

Ao receber das mãos do ministro das Relações Exteriores da Finlândia o documento que autoriza a OTAN a subordinar o país nórdico aos seus desígnios, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, aproveitou mais uma vez para apresentar o imperialismo como arauto da paz entre os povos. Tem sido fundamental - para justificar a formação da coligação das potências, a subordinação do governo ucraniano às diretrizes norte-americanas, o despejo de armas na Ucrânia e o impulso ao rearmamento da Alemanha e Japão - a acusação de que a Rússia é a única responsável pela conflagração que vem abalando as relações na Europa e no mundo. Essa é uma fraude histórica como a que se fez para justificar a invasão e a guerra contra o Iraque, com qual os Estados Unidos, sob o governo George W. Bush, Republicano, gastaram US\$ 2,4 trilhões, arrasaram o país e deixaram para trás pilhas de mortos. Uma sequência de bárbaras intervenções recai sobre as costas da maior potência, como na Síria, Afeganistão, Líbia etc.

Em todos esses acontecimentos, os governos norte-americanos, sejam republicanos ou democratas, se apresentaram como defensores da paz e dos direitos dos povos. Fazem a guerra como se a potência hegemônica estivesse forçada a usar o seu poderio armado para combater as ditaduras que ameaçam a democracia e a harmonia dos povos. Biden recorreu a essa velha justificativa ideológica para o caso da presente guerra na Ucrânia. Os Estados Unidos, porém, intervieram no processo de crise econômica e política que abalaram a Ucrânia desde 2003/2004. Apoiaram a fração oligárquica dependente dos capitais da União Europeia. Criaram as condições para derrotar a fração oligárquica manejada pela Rússia. Estiveram por detrás da divisão do país e da guerra civil que emergiu entre o Norte e o Sul, entre Kiev e Donbass. Alimentaram as forças da ultradireita a esmagar a resistência proletária em Lugansk e Donetsk, principalmente. Ecoaram o nacionalismo ultradireitista e fascista. E, assim, deram margem ao separatismo.

A realidade – e aí se encontra a verdade histórica – é que os Estados Unidos, sua aliança europeia e a OTAN se utilizaram da crise ucraniana, que emergiu do desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da restauração capitalista, para tornar a Ucrânia em bucha de canhão. Não bastou a recuperação do Leste Europeu, a reunificação capitalista da Alemanha, a dissolução do Pacto de Varsóvia e a liquidação da URSS pela contrarrevolução estalinista para que os Estados Unidos e seus aliados baixassem as armas da “Guerra Fria”. Ao contrário, quanto mais livre ficava o caminho com o avanço da contrarrevolução restauracionista, mais o imperialismo potenciava as tendências bélicas gestadas nas vísceras

do capitalismo em decomposição. Tratava-se e trata-se da necessidade de uma nova partilha do mundo, motivada pela disputa de mercado, pelo embate em torno às fontes de matérias-primas, pelo monopólio das novas tecnologias, pela proteção do capital parasitário e pela supremacia da indústria militar.

A Rússia, que foi o pilar da revolução proletária, o eixo da constituição da URSS e a alavanca do internacionalismo proletário, não poderia voltar ao capitalismo a não ser na condição de pária e serviçal do imperialismo. Conservou-se, porém, como potência regional - mais militar que econômica -, enquanto as ex-repúblicas soviéticas passaram à condição de semicolônias. O imperialismo não pôde e não pode admitir que a Rússia exerça hegemonia na região outrora soviética. E a Rússia não pode ceder mais do que já cedeu às pressões do capital internacional e do complexo militar do imperialismo. A disputa pela Ucrânia é parte de um conflito mais amplo em toda a região euroasiática. Eis por que vem se agravando as contradições internas entre a Rússia que necessita impor sua hegemonia e as ex-repúblicas soviéticas.

É sobre a base dessas contradições e conflitos que os Estados Unidos se valem da OTAN para cercar a Rússia, já que essa não tem como ceder pela via da guerra comercial e dos acordos diplomáticos. Polônia, Hungria, República Checa, Eslováquia, Lituânia, Estônia, Letônia, Bulgária, Romênia e Macedônia formam um complexo armado pela OTAN e pelos Estados Unidos. A Ucrânia ainda não caiu completamente sob o controle da aliança ocidental, mas sua oligarquia dominante e seu governo já fazem parte da OTAN. A Geórgia se encontra em situação de litígio com a Rússia. As dissensões entre a Armênia e o Azerbaijão tendem a servir cada vez mais aos interesses do imperialismo. E, agora, o ingresso da Finlândia na OTAN fortalece o avanço do domínio imperialista.

A submissão direta do povo finlandês às potências ocidentais é um acontecimento de grande importância estratégica, que, vinculado às dificuldades praticamente intransponíveis da Rússia colocar a Ucrânia sob a sua guarda, evidencia que não será pela guerra entre Estados e de caráter de dominação que a Rússia romperá o círculo de fogo montado pelos Estados Unidos.

O imperialismo conta a seu favor, não apenas com a superioridade econômica e militar, mas também, por enquanto, com a divisão da classe operária ucraniana e russa, e conta, sobretudo, com o atraso no despertar da classe operária europeia para a gravidade da guerra e para a responsabilidade dos Estados Unidos e dos aliados europeus. Neste exato momento, o presidente da França, Emmanuel Macron, se encontra com o presidente da China, Xi Jinping, e anunciou que discutirá o papel do governo chinês para encontrar um caminho de paz. Não há como buscar uma solução para pôr fim à guerra, sem que seja ditada pelos Estados Unidos. Tudo indica que se prolongará, e se tornará mais mortífera e mais perigosa para as relações mundiais já desequilibradas e em estado adiantado de degeneração, alimentado pela escalada bélica. Macron sente em seu país a pujança da luta de classes, e sabe que tende a se ampliar por toda a Europa.

A adesão da Finlândia à OTAN – e logo mais a da Suécia -, sem dúvida, representa um duro golpe à Rússia. Esses novos passos da crise europeia mostram claramente que a única via do combate à guerra de dominação somente pode ser aberta pela classe operária, pondo-se à frente da maioria oprimida com seu programa revolucionário. Nesse sentido, é imperativo fortalecer a campanha internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, propagandeando e agitando no seio do explorados suas bandeiras e sua estratégia revolucionária.

# “Arcabouço fiscal” do governo Lula, em discussão O que tem a ver com os explorados?

Finalmente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, divulgou o plano de proteção aos banqueiros e ao grande capital industrial, agroindustrial e comercial. O que não quer dizer que todos se sentiriam atendidos em suas expectativas. Já eram esperadas as concordâncias e discordâncias - as convergências e divergências de interesses - no interior da classe capitalista.

A política econômica de qualquer governo, seja de ultradireita, como o de Bolsonaro ou de centro-direita (com tinturas de centro-esquerda), como o de Lula, diz respeito somente às forças burguesas. Mas, as consequências fatalmente recaem sobre a maioria explorada, na forma de desemprego, subemprego, perda salarial, pobreza, miséria e fome. Eis por que não deve ser ignorada ou apoiada pelas organizações sindicais e populares.

Em sua campanha eleitoral, Lula prometeu livrar o País do “Teto de Gastos”, que faz parte da lei de “Responsabilidade Fiscal”. Ocorre que esse “arcabouço” fiscal, implantado no governo de Temer, se desmoronou no governo de Bolsonaro, sob os impactos econômico-financeiros dos anos de pandemia. Lula herdou um teto furado e em condições de desabamento.

Na acirrada disputa eleitoral, Bolsonaro aproveitou o período de exceção para elevar os dispêndios. Como perdeu a presidência, acabou fazendo um favor a Lula deixando o “Teto de Gastos” em ruína. Mas também um desfavor, entregando a Lula um déficit fiscal de cerca de R\$ 200 bilhões, uma dívida pública em elevação e uma elevada taxa básica de juro (Selic). A pequena recuperação econômica em 2022 mal repôs a queda anterior. O desemprego arrefeceu um pouco, mas nas condições de crescimento da terceirização e da informalidade. Os salários se entavam, e se encontram, comprimidos e perdendo capacidade de compra pela alta inflacionária, e, principalmente, pela do custo de vida. Há o agravante de vir avançando a quebra de empresas, fenômeno que se agrava desde a recessão de 2016.

A previsão herdada por Lula é de que terá pela frente um primeiro ano de baixo crescimento, podendo ser menos de 1%. Inflação resistente em regredir, manutenção pelo Banco Central da Selic nas alturas e endividamento generalizado da população, principalmente da classe média, formam um composto negativo ao objetivo de Lula, de se mostrar aos olhos da maioria oprimida como um governo desenvolvimentista, voltado ao social e preocupado em diminuir a contradição capitalista, que se expressa no choque entre a riqueza concentrada e a pobreza-miséria disseminada.

O capital financeiro exigiu que o novo governo de frente ampla coloque de lado velhas pretensões reformistas do PT e aliados de esquerda. Está de acordo com o assistencialismo, desde que se encaixe na disciplina fiscal, na busca do superávit primário, no equilíbrio das contas públicas e na régia obrigação de pagar o serviço da gigantesca dívida pública. Se a regra do “Teto de Gasto” se tornou insustentável, cuja responsabilidade recai sobre os ombros de Bolsonaro, cabe a Lula encontrar um sucedâneo, que se encaixe na lei da “Responsabilidade Fiscal”. O ministro Haddad (PT), rodeado na ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), se dispôs a atender a exigência do capital financeiro. Ao mesmo tempo, procurou não alimentar

o descontentamento de setores da indústria que reclamam da estratosférica Selic e que se acham os mais prejudicados pela crise e, portanto, pela marcha da “desindustrialização”.

O “arcabouço fiscal”, ou a também denominada “âncora fiscal”, estima “zerar o déficit primário” em 2024 e alcançar um superávit em 2025 (0,5% do PIB) e 2026 (0,1% do PIB). Essa meta deu aos banqueiros e credores da dívida pública um pouco de tranquilidade quanto ao sentido da governabilidade “responsável”. Gostariam de um superávit mais elevado. O problema, porém, está em se Lula será capaz de cumpri-la, mesmo não sendo uma meta ambiciosa.

O projeto que ainda terá de ser aprovado pelo Congresso Nacional foi fruto de uma projeção determinada pela imaginação laboriosa dos economistas e técnicos que auxiliam o ministro da Fazenda e do Planejamento. As despesas ficam fixadas pelo teto de 70% do obtido com receita. O mecanismo arquitetado pressupõe, portanto, um mínimo de 0,6% (piso) e um máximo (teto) de gastos acima da inflação. A dúvida ou crítica da parte dos banqueiros e dos seus analistas financeiros é a de que a dependência das despesas em relação à receita livra o governo de se colocar por um ajuste pela via dos cortes orçamentários, por um lado, e o leva à busca de fontes de crescimento das receitas, de outro. Em resumo, para que dê certo o que Lula pretende – não recorrer a cortes profundos, e ter meios para financiar obras públicas – o Tesouro Nacional terá de aumentar a arrecadação.

Eis por que o ministro Haddad se viu na contingência de prometer que seu “arcabouço fiscal” não implicará aumento de impostos. Mas, terá de encontrar novas fontes em negócios que não têm sido tributados, a exemplo das “apostas eletrônicas”, e reavaliar os subsídios e desonerações fiscais. Bilhões de reais são dados aos capitalistas com os subsídios e desonerações.

Se a economia não crescer e a inflação não ajudar, o arcabouço tem tudo para fracassar. Os empresários estão preparados para reagir diante do aumento de impostos, e têm uma lista onde e em quê o governo deve cortar. Os gastos obrigatórios oferecem um campo que deve ser atacado: piso de investimento na educação e saúde; piso salarial dos professores e dos trabalhadores em enfermagem, custo do INSS etc.

Caso, de fato, o “arcabouço fiscal”, se assim for mantido pelo Congresso Nacional, fracasse, os capitalistas, que advogaram o caminho de ferozes cortes nos gastos obrigatórios, estarão prontos para aumentar a pressão sobre o governo no sentido de novas contrarreformas, como as adotadas por Temer e Bolsonaro. O governo de Lula tem uma das mãos apertada à da classe capitalista, e, em particular, à dos banqueiros e financistas.

Como a burguesia e seu governo reagem diante da crise econômica e, em geral, da decomposição do capitalismo é completamente oposto à reação da classe operária e dos demais trabalhadores. Aqui reside a base do problema. As centrais, sindicatos e movimentos, controlados pelas direções burocráticas, venais e traidoras, se encontram amplamente estatizados. Não se consegue identificar algum traço de independência política e organizativa. De tão desfigurados que estão, confundem-se

com o governismo petista. Agem no sentido de apoiar a política econômica, que se condiciona à gigantesca dívida pública, ao parasitismo financeiro e aos interesses gerais da burguesia oligárquica e do imperialismo.

Os outrora reformistas, que apregoavam a soberania nacional e o desenvolvimento econômico assentado no desenvolvimento social, se adaptaram tão profundamente à democracia oligárquica que assumiram a função de descarregar a bancarrota do capitalismo sobre a maioria oprimida. Já não se lembram da defesa que faziam sobre uma auditoria da dívida pública, para apurar sua contração fraudulenta e voltada ao parasitismo. Nem mesmo essa limitada proposição foi conser-

vada. Lula e Dilma, anteriormente, foram fiéis servidores dos seus credores. Nunca se dispuseram sequer a mostrar a composição de um endividamento que, em grande medida, serviu para os banqueiros saquearem os cofres públicos e exercerem poderosa ascendência sobre a governabilidade do País. Somente os explorados têm interesse e podem lutar pelo não pagamento da dívida pública e pela expropriação do grande capital. A vanguarda com consciência de classe tem em suas mãos a tarefa de lutar no interior dos sindicatos e dos movimentos operário, camponês e popular por um programa de reivindicações que proteja as massas dos ataques do governo Lula e da frente ampla burguesa que o sustenta.

## **Por um salário mínimo vital! Por um 1º de Maio classista, independente e democrático que levante um programa próprio da maioria oprimida**

No dia 3 de abril, as direções das centrais foram à Brasília entregar ao ministro do Trabalho, ex-dirigente da CUT, Luiz Marinho, uma proposta de “valorização do salário mínimo”. Coube aos burocratas da CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, Pública, Intersindical entregar o documento, que contou com a elaboração do Dieese, com a proposta de uma política para “valorizar o salário mínimo”. Elogios ao governo Lula e ao ministro não faltaram nessa solenidade. Burocratas e ministro acentuaram a promessa eleitoral de Lula de retomar a política de valorização. Luiz Marinho com um gesto de afago disse que tomava para si a proposta das centrais, prometendo novos encontros após a chegada de Lula da China.

### **O que propõem os burocratas?**

O documento contém a proposta para “acelerar a política do salário mínimo de 30 anos nos próximos três anos, e depois estabelecer uma política de longo prazo”. Reafirma o salário mínimo de R\$ 1.320,00 para o 1º de Maio e propõe que durante o governo Lula se adote o seguinte critério: 2024 – INPC acumulado em 2023, mais o PIB (2,9%), acrescido de 2,40%. Em 2025 – INPC de 2024, mais PIB de 2023, mais 2,4%; em 2026 – INPC de 2025, mais PIB de 2024, mais 2,4%. Após o mandato de Lula, haveria uma política permanente, de 2027 a 2053. Conclui o documento com a suposição de crescimento do PIB igual ou abaixo da média desde o Plano Real, e seriam necessários 28 anos para que o valor do salário mínimo atingisse o mesmo patamar da época de sua criação (R\$ 2.441,38). E 34 anos para que chegasse a 50% do salário mínimo do Dieese (R\$ 3.273,89).

Basta ver que o reajuste do salário mínimo para maio não alterará em quase nada a situação de superexploração e de miserabilidade que atingem milhões de trabalhadores. Basta ver também a disposição de reajuste inflacionário e de pequeníssima valorização real ao longo de quase três décadas (2027 a 2053), para

concluir que se trata de uma farsa dos reformistas apodrecidos na política burguesa. Segundo os cálculos do Dieese, utilizados pelos próprios burocratas, para que o salário mínimo cumprisse plenamente sua função, teria de ser em maio de 2023 de pelo menos R\$ 6.394,76 (válido para março).

O Dieese há algum tempo passou a distinguir o “salário mínimo necessário” para uma família de quatro pessoas de um salário mínimo que poderia minimizar a situação de pobreza e miserabilidade de milhões. Esse valor seria de R\$ 3.273,89, portanto, 50% do valor real apurado em março. No entanto, a burocracia sindical governista se contenta com R\$ 1.320,00.

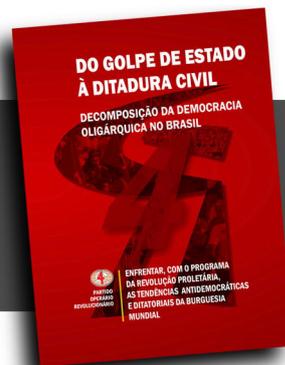
A desfaçatez de apresentar um valor que se equipararia ao valor de origem do salário mínimo (1940) no prazo de quase três décadas é descarada e vergonhosa. Os reformistas que, no passado, procuravam ser mais convincentes, agora, evidenciaram definitivamente sua impostura e sua função política de serviçais da burguesia.

A classe operária e os demais explorados necessitam lutar aqui e agora pelo salário mínimo vital, que de fato garanta a plena sobrevivência da família trabalhadora. No 1º de Maio, cabe aos trabalhadores rejeitarem o salário mínimo de fome decretado por Lula.

Tudo indica que as centrais vão estar unidas para defender esse valor aviltante e o mecanismo de “valorização” a conta-gotas. Estão por sustentar o governo Lula, sob a justificativa de combater a ultradireita bolsonarista. Na realidade, cumprirão o sujo papel de auxiliar de um governo que está inteiramente na dependência do grande capital e das oligarquias regionais.

Há que se combater desde já o 1º de Maio de colaboração de classes, cujo conteúdo marcante será o de enganar os explorados com a tal da “valorização do salário mínimo”, no transcorrer de três décadas. Trata-se de organizar uma frente classista pela defesa do salário mínimo vital, como parte do programa próprio da maioria oprimida.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



**R\$ 35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**

# Assassinatos de jovens e crianças são sintomas do capitalismo em desintegração

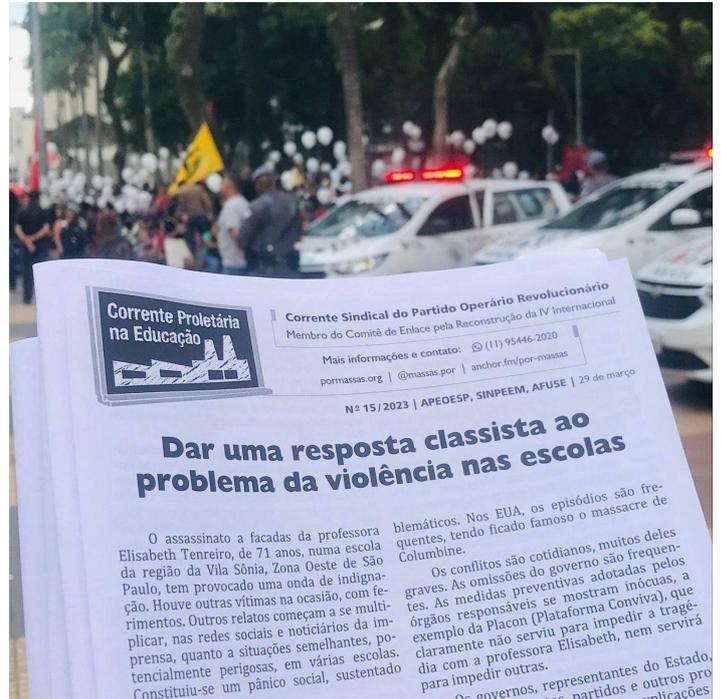
Dois crimes bárbaros chocaram, nos últimos dias, o País: o assassinato de 4 crianças na creche de Blumenau e o da professora em uma escola de São Paulo. Dois jovens cometeram esses brutais crimes. Um pulou o muro da creche e matou quatro crianças e feriu mais cinco, entre 4 e 7 anos, com uma machadinha. Outro invadiu a escola e esfaqueou a professora e feriu outros alunos.

O governador de Santa Catarina e o prefeito de Blumenau, cercados por pais, prometeram mais segurança para as escolas. Disseram que era preciso “acolher” essas famílias que tiveram seus filhos mortos. Decretaram luto de 30 dias na cidade, suspenderam as aulas até o dia 10. E garantiram que os professores e alunos terão acompanhamento psicológico.

Diante da morte da professora em São Paulo, o bolsonarista Tarcísio publicou, no dia 5, um decreto autorizando policiais de folga a fazerem segurança armada nas escolas públicas. Diz a medida: “Dispõe sobre a segurança nas escolas públicas estaduais e autoriza a atuação de policiais militares de folga para a realização de segurança armada, mediante remuneração”. E mais para frente no texto justifica que a medida “tem por objetivo garantir a segurança das escolas públicas estaduais, oferecendo uma opção de segurança armada aos alunos, professores e demais funcionários.” Assim, o governador pretende coibir a violência nas escolas, colocando para dentro delas o próprio braço armado, que exerce a violência do Estado. Tal decreto é emitido justamente quando cresceu o número de mortes provocadas pela polícia do estado.

Em 2019, com Doria no governo do estado e Bolsonaro na presidência, essa ideia chegou a ser cogitada, mas não foi para frente. Ainda assim, Bolsonaro conseguiu avançar enormemente a militarização das escolas públicas do país, como o POR mostrou em sua Revista Proletária na Educação, nos números 9 e 10. Na ocasião, o POR afirmou que a militarização da educação acontece por três caminhos principais: “1) Pelo aumento de militares nas pastas educacionais; 2) Pela militarização das escolas públicas do país; 3) Pelo ingresso de militares nas escolas, que, por sua vez, acontece de duas formas: a) Com a aprovação de leis que permitam o trabalho regular de militares dentro das escolas; b) Com a violência direta da polícia, que entra nas escolas para reprimir os estudantes e professores.” E o artigo da Revista nº 9 conclui, dando uma resposta proletária ao problema da militarização, que começava da seguinte forma:

“A ofensiva militarizante faz parte do recrudescimento da política geral e do aprofundamento da exploração capitalista do trabalho, produtos da crise econômica mundial. Bem como faz parte da profunda crise de direção revolucionária que enfrenta o movimento social. As organizações estudantis e sindicais encontram-se atoladas no reformismo, eleitoralismo e pacifismo, negando a luta concreta e os métodos próprios da classe operária, as greves, ocupações e manifestações massivas e combativas, enfim, a ação direta.”



Como se vê, a burguesia e seus governantes só têm essa resposta diante da barbárie que se adentra nas escolas. Ou, então, rogam a Deus, suplicam mais humanidade e lamentam diante da tragédia, como fez Lula.

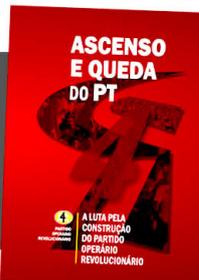
A violência desfechada de jovens contra crianças e jovens não se resolve pela repressão policial e pela hipocrisia humanitária. É preciso identificar suas raízes, que se encontram na sociedade capitalista que só tem a oferecer à maioria da juventude o desemprego, a pobreza, a miséria, a fome e uma cultura impregnada da violência pela violência. Eis por que a burguesia e seu Estado não têm resposta progressiva para o processo de desintegração da juventude explorada e desesperada.

O POR combate a militarização das escolas e responsabiliza a burguesia e seus governantes pelo avanço da barbárie social por sustentar um regime econômico em decomposição, impondo todos os males de uma sociedade que apodrece. Denuncia a grande imprensa, que não faz outra coisa senão convencer a população de que é preciso “mais segurança” nas escolas. Exige que as direções dos sindicatos e partidos rompam com o pacifismo burguês-cristão e passem a organizar a luta dos explorados por suas reivindicações vitais. Levanta a bandeira: “É preciso dar uma resposta classista ao problema da violência nas escolas. Será por meio da luta nas ruas que os trabalhadores compreenderão que a fonte da barbárie social está no capitalismo. É com o programa da revolução proletária que os explorados tomarão em suas mãos o combate e a superação da barbárie capitalista.

**ADQUIRA** ▶

COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS






# NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa de revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

**Ano XIX - Abril de 2023**

☎ (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com -- www.pormassas.org

@massas.por -- anchor:fm/por-massas

## POLÍTICA OPERÁRIA

### É preciso unir a classe operária em defesa das reivindicações

Temer e Bolsonaro impuseram as reformas trabalhista e previdenciária. Esses dois presidentes avançaram a precarização do trabalho com a lei da terceirização. Prometeram que a economia ia crescer, o emprego aumentaria e a vida da família trabalhadora melhoraria. Mentiras! Ocorreu justamente o contrário.

Todo trabalhador sente na carne os perigos da demissão. Os salários perderam para a inflação. O desemprego continua alto. E os capitalistas nos arrancam antigos direitos trabalhistas.

Agora, houve uma importante mudança na política burguesa. Lula está governando. Mas, não governa para os explorados. Lula não governa para os desempregados e subempregados. Não governa para a maioria que recebe um salário que mal dá para viver. Lula não governa para os pobres, miseráveis e famintos. Essa é a dura verdade.

Lula - como fez Temer e Bolsonaro - governa para a burguesia. Eis por que Lula não se colocou por revogar a reforma trabalhista e previdenciária. Não se colocou para acabar com a terceirização.

Apesar das diferenças com os governos de Temer e Bolsonaro, o governo de Lula tem em comum o fato de também governar para a burguesia. E qual é então a nossa conclusão?

1) Não confiar em nenhum governo burguês; 2) Confiar apenas em nossas próprias forças coletivas, em nossa capacidade de luta; 3) Exigir de nossos sindicatos que organizem um movimento em defesa de nosso programa de reivindicações; 4) Unificar a classe operária e os demais trabalhadores em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Organizar a luta pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária, e pelo fim da terceirização.

*O Boletim Nossa Classe vem fazendo uma campanha para que as Centrais, os sindicatos e movimentos organizem um Dia Nacional de Luta, como ponto de partida para unificar a classe operária em defesa de um programa próprio de reivindicações. Chamamos os trabalhadores a apoiarem nossa campanha: Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios!*

### DIANTE DAS MEDIDAS PATRONAIS, RESPONDER COM AS REIVINDICAÇÕES QUE UNIFICAM OS TRABALHADORES

Muito se comentou sobre a queda da taxa de desemprego, até março. Mas isso ocorreu à custa do aumento da terceirização e da informalidade. Os empregos que foram criados se concentram no setor do comércio, onde o piso salarial é pouco acima do salário mínimo de fome. Na indústria, ao contrário, cresceu assustadoramente a terceirização, que também paga salários muito abaixo do que é pago ao trabalhador da empresa contratante. E as demissões são superiores às contratações. Chama a atenção, no entanto, a quantidade de montadoras que decretou férias coletivas e de empresas que pediram “recuperação judicial”. O que sinaliza que mais demissões estão por vir.

Diante dessa situação, qual é a tarefa das direções sindicais? Convocar as assembleias e organizar a luta unitária. Mas, não é o que se passa. As direções fazem discurso demagógico contra essa situação na frente dos trabalhadores, e por trás negociam com os patrões as demissões e a imposição da terceirização.

*O Boletim Nossa Classe denuncia as manobras patronais e a colaboração das direções sindicais. Defende a unidade dos trabalhadores para lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários. Para que haja emprego a todos, é preciso defender a divisão das horas nacionais de trabalho entre todos os trabalhadores, ou seja, impor aos patrões a escala móvel das horas de trabalho. ■*

### Sobre a eleição no Sindicato Metalúrgico do ABC É preciso acabar com a eleição indireta e restabelecer a eleição direta para eleger a direção do sindicato

Depois da eleição antidemocrática dos Comitês Sindicais de Empresa (CSEs), ocorrerá a eleição antidemocrática para a confirmação da chapa burocrática montada pela própria direção do sindicato. Os novos CSEs aprovaram a chapa apresentada pela direção, para a reeleição do presidente do sindicato Moisés Selerges.

O que a direção do sindicato chama de “segundo turno das eleições”, na realidade, não passa de um plebiscito, que referendará o continuísmo da mesma direção.

Desde o momento em que os burocratas mudaram o estatuto, se eliminou a eleição direta por chapas e se dificultou enormemente a organização de

**CONTINUA →**

uma oposição classista e independente diante do patronato. Para participar com candidatos nas eleições do CSE, é preciso fazer parte da turma da direção do sindicato e do consentimento dos donos da fábrica. Na Volks, um grupo opositor tentou montar uma chapa, mas viu que era praticamente impossível. Isso devido às exigências burocráticas, que somente podem ser cumpridas pela direção do sindicato, que conta com a conivência dos patrões. Assim, nos dias 25 e 26 de abril se concluirá a farsa da eleição no Sindicato Metalúrgico do ABC.

Por mais três anos, nós trabalhadores ficaremos submetidos à mesma política de conciliação de classes que há muito tempo impera no nosso sindicato. A política de colaboração de classes tem sido responsável por acordos de demissão massiva, de quebra de direitos, de implantação da terceirização e da redução salarial.

## Construir as oposições sindicais classistas, essa é a nossa tarefa

Cada vez mais, os militantes que distribuem o Boletim Nossa Classe estão vendo o quanto está crescendo a desconfiança dos operários com os sindicatos. A grande maioria não vê que o problema não é o sindicato, mas sim a sua direção corrompida pelos patrões e que anula a capacidade de luta do sindicato. O sindicato é um organismo criado pelos próprios operários para enfrentar a superexploração dos capitalistas.

**O que fazer? Abandonar nosso instrumento de luta, que é o sindicato? NÃO, companheiros!**

Nossa tarefa é construir uma nova direção para os sindicatos. De que forma? Constituindo os grupos de oposição no interior das fábricas, sem que os patrões e a direção do sindicato possam barrar esse movimento de oposição. **O Boletim Nossa Classe tem se esforçado nessa tarefa, que como sabemos, não é fácil, mas é o caminho para expulsar esses burocratas que se apossaram de nossos sindicatos.**

## Organizar o 1º de Maio classista e de luta

### Não ao 1º de Maio governista!

Os trabalhadores desde já devem exigir das centrais, sindicatos e movimentos que convoquem um 1º de Maio independente do governo, unitário, classista e de luta. Que seja um 1º de Maio para erguer um programa de reivindicações de defesa dos empregos, salários e direitos. Que seja um 1º de Maio para exigir do governo Lula a revogação das reformas trabalhista, previdenciária e a terceirização.

**O Boletim Nossa Classe inicia a campanha por um 1º de Maio que unifique os operários, camponeses e demais trabalhadores. Que seja um 1º de Maio que mobilize a juventude oprimida. O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a exigirem dos sindicatos que convoquem as assembleias para preparar o 1º de Maio classista. ■**

Essa política de colaboração de classes foi responsável pela ausência de luta e falta de união da classe operária contra o fechamento de fábricas, como ocorreu com a Ford, Toyota e outras. É devido a essa política que se tem eliminado a democracia sindical e substituído as assembleias a tal ponto que tudo é resolvido nas quatro paredes da sede do sindicato. Nós operários não temos sido os senhores de nosso próprio destino. E, por isso, temos pagado caro com os acordos de lay-off, PDVs e avanço da terceirização.

**O Boletim Nossa Classe defende que os metalúrgicos rejeitem a eleição indireta e passem a exigir a eleição direta, democrática e livre de qualquer perseguição e violência política. Nos dias 25 e 26, o Boletim Nossa Classe chama os metalúrgicos a votarem NULO. E que o voto nulo seja um grito operário pelo fim das eleições indiretas e pela volta das eleições diretas. ■**

## Trabalhadores franceses mostram o caminho

Já são inúmeras as greves e as poderosas manifestações de rua dos trabalhadores franceses contra a reforma da previdência do governo Macron. Trata-se de uma reforma que aumenta a idade e o tempo de contribuição para conseguir a aposentadoria. O que impede que a maioria dos trabalhadores consiga esse direito.

No Brasil, Bolsonaro conseguiu aprovar uma violenta reforma da previdência sem que as direções sindicais se colocassem por organizar um forte movimento de resistência. Basta lembrar que as centrais sindicais cancelaram a Greve Geral de 19 de junho e apostaram na chamada “pressão aos deputados”. Resultado, o Congresso Nacional endossou a reforma da previdência bolsonarista.

**O Boletim Nossa Classe apoia a luta dos trabalhadores franceses, porque esse é o caminho para enfrentar as contrarreformas dos governos. E chama os explorados brasileiros a tomar para si essa lição da greve e luta coletiva nas ruas. ■**

## A guerra na Ucrânia entra no seu segundo ano

O Boletim Nossa Classe tem feito uma campanha internacionalista pelo fim da guerra, que só serve aos interesses das potências. A decisão da ONU sobre a continuidade da guerra foi ditada pelos Estados Unidos e pelos seus aliados europeus. Eis por que foi rejeitada qualquer medida que viesse no sentido de negociação de um acordo de paz. A continuidade da guerra na Ucrânia está se transformando em uma grande conflagração mundial.

**O Boletim Nossa Classe chama os operários a fortalecerem a bandeira de fim da guerra e por uma paz sem os ditames do imperialismo norte-americano e aliados e sem anexação. Somente a classe operária unida e em luta pode acabar com a guerra de dominação.**

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista. ■

ACESSE O NOSSO SITE E REDES SOCIAIS ATRAVÉS DO QR CODE



Rio Grande do Sul

## **Abaixo a perseguição política da SULTEXTIL aos operários demitidos!**

A SULTEXTIL está acusando, injustamente e sem provas, uma das pessoas demitidas pela empresa no final de dezembro de 2022, de ter denunciado o ataque aos direitos dos trabalhadores. Naquele momento, houve uma mobilização dos operários dessa empresa, quando foram postos em férias coletivas sem receber o décimo terceiro e as férias, e muitos sem receber os salários de dezembro. Era iminente a possibilidade de fechamento da fábrica e o perigo dos operários ficarem todos desempregados e com os bolsos vazios.

Perguntamos: desde quando defender empregos e salários é crime?

Trata-se de uma evidente perseguição política que afeta não apenas a pessoa agora acusada, mas, ao conjunto da classe operária, pois não se pretende apenas penalizar um indivíduo, o que essa perseguição pretende é inibir qualquer denúncia, é tentar intimidar os trabalhadores para não se insurgirem em defesa dos seus direitos.

Não basta aos patrões contarem com a cumplicidade da direção dos sindicatos. Não basta que, na prática, não exista mais o direito de greve. Querem, agora, impedir também qualquer manifestação, liquidar o direito de expressão em defesa dos empregos e salários!

São muitas as fábricas que estão fechando, porque os patrões não conseguem manter os lucros de sempre. Fecharam a Ford, LG e tantas outras fábricas e empresas e, após extrair o sangue dos operários por décadas, estes são lançados na rua da amargura.

Denunciamos que isto sim é um crime! Um crime dos capitalistas contra os trabalhadores, contra os operários! Quem deveria ser punido por esse crime são os patrões que cortam salários e empregos!

*O Boletim Nossa Classe defende a liberdade de expressão e organização dos trabalhadores! Defendemos a liberdade de lutar pelos empregos e contra o fechamento das fábricas! Abaixo a perseguição política da SULTEXTIL contra operários demitidos!*

## **Papel criminoso das direções das centrais sindicais**

No dia 3 de abril, as direções das centrais foram à Brasília entregar ao ministro do Trabalho, ex-dirigente da CUT, Luiz Marinho, uma proposta de “valorização do salário mínimo”. Eis: Os burocratas partem do miserável salário mínimo de R\$ 1.320,00, previsto para 1º de Maio. Estabelecem um critério para os três anos de governo Lula. Em 2024 – INPC acumulado em 2023, mais o PIB (2,9%), acrescido de 2,40%. Em 2025 - INPC de 2024, mais PIB de 2023, mais 2,4%; em 2026 – INPC de 2025, mais PIB de 2024, mais 2,4%. Após o mandato de Lula, haveria uma política permanente, de 2027 a 2053.

Está aí mais uma farsa dos burocratas que dizem combater a fome e a miséria. Isso por que precisaria de quase 30 anos para se equiparar ao valor de origem do salário mínimo, criado em 1940 por Getúlio Vargas.

O Boletim Nossa Classe denuncia essas direções sindicais, que não fazem outra coisa senão defender o governo de frente ampla de Lula, como aquele que “dialoga”, que recebe os sindicalistas e que faz de tudo para recuperar o poder de compra do salário mínimo. Na realidade, procuram esconder dos trabalhadores o caráter burguês do governo. E diante das pressões de suas bases correm de ministério em ministério com o pires nas mãos à espera de alguma medida do governo em favor dos explorados. Agora, querem que os trabalhadores acreditem nessa farsa da “valorização do salário mínimo”.

*O Boletim Nossa Classe combate mais esse ato criminoso dos burocratas sindicais e defende a constituição de uma frente sindical classista, em torno às reivindicações do salário mínimo vital, emprego a todos e direitos trabalhistas.*

## **Fome continua castigando a família trabalhadora**

O governo Lula completa 100 dias e a fome, promessa de campanha eleitoral, está longe de ser amenizada. Segundo a recente pesquisa do Datafolha em em cada quatro brasileiros não teve comida suficiente. Ou seja, para 24% da população, a comida foi pouca para alimentar a família. Diz a pesquisa que dos que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.424,00), 35% responderam que não conseguiram comprar a quantidade necessária de comida. A região Nordeste continua sendo a que mais sofre pela fome. O nome de “insegurança alimentar” serve apenas para esconder as taxas exorbitantes de famintos brasileiros.

O flagelo da fome e da miséria está diretamente vinculado ao desemprego, à informalidade e ao salário mínimo do governo, que mal dá para comprar uma cesta-básica. O Bolsa-Família e os penduricalhos criados por Lula, como a ajuda para famílias com crianças pequenas, que sequer atinge todas as famílias que necessitam, não aliviam a falta de comida de milhões, como vem mostrando as pesquisas oficiais.

**A classe operária tem suas reivindicações para combater a fome:** 1) a luta pelo emprego a todos por meio da redução da jornada sem redução do salário; 2) que nenhum trabalhador receba menos que o necessário para manter uma família de quatro

pessoas, ou seja, um salário mínimo vital, que deve ser calculado pelos próprios trabalhadores; 3) a incorporação das mulheres na produção, o que implica a criação dos restaurantes e lavadeiras coletivas e escola para todas as crianças e adolescentes, desde as creches. E tem também seus métodos próprios de luta, que são as assembleias democráticas, a constituição dos comitês de base, a greve, as manifestações de rua, isto é, a ação direta. Portanto, não submete as reivindicações dos explorados ao Congresso Nacional, aos governos e às demais instituições do Estado, que estão a serviço da proteção da propriedade privada dos meios de produção e da manutenção da barbárie capitalista.



São Paulo

## Atuação da Corrente Proletária/POR no ato da saúde

A Frente Ampla de Defesa do SUS do Estado de São Paulo realizou no dia 5 de abril no centro da capital uma manifestação pelo “dia nacional da Saúde”. O POR atuou por meio do Boletim da Corrente Proletária da Saúde. Chamou os movimentos e sindicatos a pôr em pé um só movimento nacional para impor aos governos as reivindicações mais sentidas pelas massas exploradas, como emprego, salário e saúde pública.

Os militantes da Frente Ampla de Defesa do SUS expuseram a realidade precária dos trabalhadores e usuários dos serviços de saúde: falta de remédios e de profissionais em diversas UBS e PA's, o avanço das Organizações Sociais de Saúde (OSS), da terceirização e da privatização, os baixos salários e as dificuldades de tratamentos clínicos contínuos em diversos locais da região metropolitana.

Entretanto, as respostas da Frente se limitaram a depositar confiança em que a solução para superar tal situação viria do Estado e seus organismos. Reforçavam a ilusão de que os trabalhadores devem buscar os organismos estatais, exigir prestação de contas, reforçar a importância das políticas públicas e encaminhar denúncias para políticos, partidos e parlamentares.

*Abaixo publicamos o boletim distribuído no ato.*

## Boletim da Corrente Proletária na Saúde de abril

O dia 7 de abril foi instituído como o “Dia Mundial da Saúde” pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que definiu, nesse ano, como tema “Saúde para todos”. O Boletim da Corrente Proletária começa denunciando que a OMS é um organismo do imperialismo, controlado pelos EUA, e a hipocrisia do “saúde para todos”, diante da dificuldade de acesso à saúde pela maioria explorada, levando à morte de milhares. Denuncia a profunda privatização do sistema de saúde, seja através da privatização direta, seja através das terceirizações e da implantação das Organizações Sociais de Saúde (OSS), que impõe aos trabalhadores os baixos salários, péssimas condições de trabalho, bem como na retirada de direitos.

A privatização da saúde corresponde a 60% dos serviços realizados nos SUS; atualmente, 80% dos recursos públicos voltado à saúde são norteados para as empresas privadas. Para 2023, o governo federal prevê repasse orçamentário de 146 bilhões – o mais baixo desde 2014 e 10% a menos em comparação a 2021. No ano passado, 80% das cidades brasileiras ficaram sem medicamentos, devido às implicações da guerra na Ucrânia e 42% de pacientes crônicos ficaram sem medicação por dois meses.

O avanço da miséria, fome e precarização do trabalho, expresso no subemprego, nos salários de fome e nas longas jornadas de trabalho, tem adoecido e destruído fisicamente os trabalhadores – aumentando as doenças ocupacionais, transtornos mentais, acidentes de trabalho e mortes em 30% – consequências da superexploração capitalista. Em resposta à precarização, trabalhadores dos setores públicos vêm lutando através das greves por melhores salários, como a greve da enfermagem do Rio de Janeiro e Pernambuco; em São Bernardo do Campo, trabalhadores

Além disso, os elementos culturais organizados pela Frente no ato – como cantos, rodas de samba, poemas – serviram para distração e dispersão de energia daqueles que estão dispostos a lutar. Junta-se a isso a decisão da Frente em realizar dois atos em dois lugares diferente em um curto período de tempo, o que levou muitos militantes a ficarem em apenas um ato.

O POR esteve nos dois atos – na Secretaria Estadual e na Secretaria Municipal – chamando a vanguarda com consciência de classe a confiar em suas próprias forças, rejeitar o distracionismo das direções e a romper com a conciliação. Rechaçou as respostas que depositam confiança no Estado burguês e suas instituições, pois estes defendem o capital e seus interesses de lucro. Denunciou que a burguesia não será capaz de reverter a precarização dos serviços, pois é ela que a promove em favor do avanço das empresas privadas de saúde. Fez o chamado aos movimentos sociais e sindicatos para a convocação de um Dia Nacional de Luta com paralisações. Somente a unidade e a luta da classe operária e demais explorados poderá fazer recuar a precarização e privatização nos serviços de saúde nacionalmente.

municipais exigem aumento salarial, melhores condições de trabalho e direitos.

Existe uma ofensiva geral da burguesia contra os direitos trabalhistas e os salários. Porém, as burocracias sindicais cumprem o papel nefasto de defesa das políticas burguesas pró patronal. É preciso rejeitar a política de conciliação de classes da burocracia e levantar uma luta classista, independente e unificada dos trabalhadores para impor suas reivindicações mais sentidas, levantando as bandeiras:

Saúde pública e gratuita – estatização do sistema privado de saúde, sem indenização e constituição de um sistema único, público e gratuito sob o controle dos trabalhadores; fim da terceirização e efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados; que o governo Lula, os governos estaduais e municipais atendam imediatamente a reivindicação do piso salarial de enfermagem; que as centrais e sindicatos rompam com o governo burguês de Lula e a política de conciliação de classes e se coloquem pela independência dos organismos dos trabalhadores diante dos governos e dos patrões!

Por um só movimento nacional para pôr abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio! Por um Dia Nacional de Lutas com paralisações e bloqueios!

Emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho – as horas nacionais trabalhadas divididas entre todos aptos ao trabalho, sem redução dos salários. Salário mínimo vital – calculado de acordo com as reais necessidades dos trabalhadores e suas famílias. Estatização de toda fábrica que ameaça a fechar, sem indenização e sob o controle operário.

**Publicado o livro:**

# PANDEMIA

## AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME



A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$ 40

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR



São Paulo

## Intervenção do POR no ato em SP contra a violência nas escolas

A morte a facadas da professora Elisabete Tenreiro de 71 anos, da escola estadual Thomazia Montoro, foi amplamente divulgada pela grande imprensa. Com isso, voltou o velho debate sobre a violência dentro das escolas e a necessidade de “segurança” no ambiente escolar.

O governo bolsonarista de Tarcísio de Freitas aproveitou para falar de seu programa odioso de militarização das escolas. E para publicar o projeto de Lei 447, autorizando as escolas contratarem PMs reformados, em folga, para fazer a segurança local.

A Apeoesp, por sua vez, realizou um ato em frente à Seduc para denunciar a violência sobre os educadores. A manifestação contou com poucos professores e com a participação do movimento do sem-teto da Ocupação Carolina Maria de Jesus, do Jd. Iguatemi, na região de São Mateus. Os sem-teto passaram pela manifestação do magistério, atendendo ao chamado da parlamentar Bebel e seguiram em passeata até a prefeitura para cobrar a legalização do terreno. Após o protesto, alguns professores e a direção da Apeoesp foram até a escola Tomazina Montoro.

O POR participou da manifestação junto com professores da região de São Mateus. Denunciou a política do governo de “militarizar” as escolas, para supostamente combater a violência. Mostrou que a violência nas escolas é produto da violência do

sistema capitalista sobre os oprimidos. Conclui enfatizando a defesa da luta contra a violência reacionária, disseminada pelos partidos ultradireitistas e potenciada pelos meios de comunicação, entre eles, as redes sociais. A situação de miséria, o desemprego, o subemprego e a crescente marginalidade têm arrastado uma parcela da juventude a cometer crimes tão bárbaros como esse ocorrido na escola. A erradicação da violência reacionária somente será erradicada com o fim da fonte geradora, que é o capitalismo. Nesse sentido, é tarefa das direções sindicais, estudantis e políticas trabalhar, desde já, para sepultar o capitalismo putrefato.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO  
OU BARBARIE**

A Revolução  
Proletária na  
época do capitalismo  
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

## Nota da Corrente Proletária sobre a violência na creche de Blumenau

No momento em que fechávamos o jornal Massas, acabava de ocorrer mais um crime bárbaro em uma creche de Blumenau, Santa Catarina. Um jovem invadiu a escola infantil e matou quatro crianças e feriu outras cinco com uma machadinha. Novamente veio a solução

dos governantes: reforçar o policiamento nas escolas, utilizando armas de fogo. Diante de tamanha tragédia, pais, professores e população em geral acabam endossam a militarização das escolas.

É urgente uma campanha nacional contra a violência reacionária, que vem

ocorrendo nas escolas. E contra as medidas de militarização das unidades escolares. Cabe aos sindicatos e movimentos se colocarem na defesa da juventude oprimida, lutando pelas reivindicações de emprego a todos e nenhum jovem fora da escola.

II Encontro de Negros, Negras, Indígenas e Quilombolas do Sinasefe

## NÃO organizou a luta unificada e com independência de classe dos negros, indígenas, quilombolas!

Entre os dias 22 e 26 de março ocorreu em Maceió-AL o II Encontro de Negros, Negras, Indígenas e Quilombolas (ENNIQ) do Sinasefe, sob o tema “Malungas, Malungos e Parentes na terra de Palmares” com participação de servidores, funcionários das seções e terceirizados dos IFs e Colégios Militares, com cota de 60% negros/indígenas e 40% brancos. No ENNIQ participaram servidores que normalmente não participam das Plenárias Nacionais. A programação foi de oficinas, intervenções culturais, palestras, um dia reservado para visitas à Quilombo e a Aldeia, Grupos de Trabalhos (GT), confraternização e os encaminhamentos foram deixados para a plenária final, que, assim como no Encontro de Mulheres do Sinasefe (2022), não foi concluído presencialmente e foi passado para plenárias virtuais (entre os dias 1 e 5/04, até o fechamento desta nota ainda não foi concluído os encaminhamentos!). Apesar do Encontro não ser deliberativo, nas falas e nos grupos os participantes apontam como o sindicato deve se posicionar e trabalhar por responder às questões relacionadas à opressão de negros e indígenas, o que foi negligenciado pelo Sinasefe ao deixar um tempo tão curto para os encaminhamentos, resultando na transferência deste momento para a passividade da Plenária virtual.

Na mesa de abertura “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”, um dos organizadores e secretário da pasta de “Combate às opressões” do Sinasefe explicou que o evento surgiu da necessidade do sindicato não se limitar ao papel de discutir apenas a relação entre capital e trabalho, defendendo inclusive que a coordenação geral do Sinasefe seja ocupada por negras, negros, indígenas e quilombolas. Participou também Nêgo Bispo, quilombola, que apontou que “o colonialismo é a matriz de todas as mazelas do mundo”, inclusive que a luta de classes, o racismo e o machismo são colonialistas. Nêgo Bispo criticou superficialmente o marxismo, dizendo que não deu certo as teorias marxistas, concluindo com crítica aos métodos utilizados em assembleias sindicais, apontando que isso não se aplica às organizações da comunidade dos quilombos, e que o que falta é “mais poesia”. Thiniá Shakti, representante indígena, defendeu a união de negros e indígenas, partindo da ideia de que brasileiro é mestiço e de que não somos minoria. Ela afirmou “solidariedade é algo que não cabe”, apontando a violência nos territórios indígenas e dos negros, e que não será com a separatividade que conquistaremos os direitos. Ela apontou a dificuldade organizativa dos indígenas, “o movimento indígena foi condenado a não

existir, negados à própria língua”, mas concluiu com o chamado ao “amor” como caminho. A representante negra foi Ieda Leal (Movimento Negro Unificado/Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação e integrante do Ministério da Igualdade Racial do atual governo), que disse “se poder é bom, negras e negros também querem o poder”. A tarefa, segundo Ieda, é eleger mais negras e negros para ocupar os espaços de decisão no Brasil, pois esses espaços têm funcionado para aumentar a opressão racial. Participou também Péricles, da Unidade Popular (UP), para quem “o capitalismo é o responsável pela crise atual e precisamos criar condições para derrubá-lo”. Não houve espaço para fala do plenário nesta mesa.

Como se vê, imperaram as posições do reformismo pequeno-burguês. O desconhecimento dos fundamentos marxistas da opressão de classe sobre o racismo e as nacionalidades oprimidas se mostrou profundo. Como não se abriu a palavra para o plenário, apareceu como única voz discordante a do representante da UP, que procurou dar a impressão de que se tratava de um marxista. A conclusão de Péricles foi ao encontro da política pequeno burguesa de responder às opressões pela via da disputa eleitoral. Não por acaso, se perfilou por detrás da candidatura de Lula no segundo turno, em nome do combate ao fascismo bolsonarista. A UP aponta para os explorados o caminho das eleições burguesas como forma de “implodir” o poder da burguesia. Assim, chamou negros, indígenas, quilombolas e camponeses a acreditarem que o governo Lula/Alckmin resolverá as mazelas da fome e miséria que os assolam.

O sindicato não atuou para o ENNIQ ser um espaço agregador da luta dos servidores federais, dos indígenas, negros, negras e quilombolas. O sindicato trouxe para as palestras a disputa do poder pela representatividade; a reafirmação das ações afirmativas, como a palestra que discutiu os 10 anos da Lei de cotas, onde uma das palestrantes disse que agora que as cotas foram implementadas, o movimento negro precisa “lutar pela qualificação das bancas de heteroidentificação”. Enquanto a maioria dos negros e indígenas padecem com o desemprego, fome, falta de moradia, falta de terra, estas políticas só servem para formação da pequena burguesia negra.

As direções do Sinasefe e das seções presentes não defenderam os métodos organizativos próprios dos explorados, como assembleias presenciais, piquetes, greves como forma de responder ao avanço da burguesia contra os explorados. Comportaram como direções que estão substituindo estes métodos pelos métodos de pres-

ção jurídico-parlamentar. Por exemplo, com relação às críticas de Nêgo Bispo, que distorceu a importância da organização sindical, em uma mesa do sindicato, e os membros do sindicato não refutaram, defendendo a importância das assembleias para garantia da democracia operária, importante para garantir a organização da luta coletiva – inclusive, que a discussão levasse a apontar que negros, indígenas, quilombolas, camponeses pobres e os servidores federais enfrentam a mesma burguesia, que tem o poder do Estado, da terra e dos meios de produção.

A burguesia, apesar de suas diferentes frações, atua unificada para defender a propriedade privada. Os explorados (negros, indígenas, quilombolas, camponeses) devem se organizar com independência política da burguesia e de seus governos. Diante disso, a Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) participou do ENNIQ com manifesto, banca e fala.

Partimos da crítica à direção do Sinasefe, que aceitou os míseros 9% de reajuste salarial sem organizar a luta da categoria. Estes 9% significarão um aumento aproximadamente R\$175,00 para um técnico administrativo (TAE) em carreira inicial, lembrando que uma parcela significativa dos TAEs é de negros. Para defender a vida de negros, indígenas e quilombolas é necessário defender o emprego, salário, direitos e terra. Comemorar os 10 anos de cotas raciais sem falar da maioria dos negros que está exposta à violência policial; excluída do ensino médio, é manter a maioria composta por negros e indígenas sem acesso à educação. Também não é possível defender a vida dos explorados sob as contrarreformas trabalhista e da previdência, que destroem os direitos, com jornadas e condições de trabalho que remetem à escravidão, e dificultam o direito à aposentadoria, aumentando o tempo de contribuição e de trabalho.

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) fez a defesa de que o Sinasefe deve construir, junto com as centrais e demais sindicatos, um verdadeiro Dia Nacional de luta a partir de uma pauta de reivindicações unificada, que incluía: 1) salário mínimo vital, que atenda uma família trabalhadora; 2) emprego a todos: impor aos patrões e aos governos a redução da jornada, sem redução de salário, a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre empregados e desempregados; 3) revogação imediata das reformas trabalhista e previdenciária, lei da terceirização, Teto de Gastos e da reforma de ensino médio! Pelo direito à terra aos camponeses e indígenas! 4) fim de toda discriminação por meio da luta de classes.

São Paulo - Nota da Corrente Proletária – funcionários de escola

## Resposta do bolsonarista Tarcísio à direção da Afuse

No dia 31 de março, a diretoria do sindicato (Afuse) esteve na Secretaria da Educação para cobrar uma resposta aos vários ofícios que foram encaminhados ao governo. A burocracia do sindicato acreditava que por meio de ofícios, o governo daria uma resposta às reivindicações dos funcionários de escola. Assim, pediu a reposição salarial, em função da volumosa perda, que chega a 300%; o reenquadramento dos agentes de serviços escolares e dos secretários de escola e o fim da terceirização e concurso público, para cobrir a falta de funcionários, entre outros.

O governo engavetou todos os pedidos, porque não sentiu pressionado para atender aos pedidos da direção sindical. Nesses três meses de governo, viu que não há nenhuma movimentação dos funcionários de escola para que as reivindicações fossem atendidas. Percebeu que os problemas com as empresas terceirizadas não atingiram o governo, estavam limitadas às empresas e que bastava substituir uma por outra para que os serviços nas unidades escolares fossem cumpridos. Portanto, ficou calado.

Quando a direção da Afuse compareceu na Secretaria da Educação, a resposta do governo foi NÃO aos pedidos. Disse que está em estudo sobre a defasagem salarial e que não colocará fim à terceirização. Os burocratas saíram com uma mão na frente e outra atrás.

A burocracia da Afuse lamenta na hora e depois se conforma. Trata-se uma burocracia passiva e servil aos governos. Rejeita a organização dos funcionários e terceirizados. Toma as decisões por conta própria. Recusa convocar as assembleias, para que as decisões e a luta sejam coletivas. Não sabe o que é viver com o salário de um funcionário de escola. Há muito não pisa no chão de escola para conversar com os trabalhadores e ver a precariedade das condições de trabalho. É uma direção incapaz de conduzir um sindicato, que é um instrumento de luta dos trabalhadores.

Diante da negativa do governo, os funcionários mais conscientes têm de exigir que o sindicato convoque uma assembleia estadual, amplamente divulgada, para que aprove o caminho da luta para impor as reivindicações ao governo bolsonarista de Tarcísio.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





#68 ABR/2023



# JUVENTUDE EM LUTA

**BOLETIM DA CORRENTE PROLETÁRIA SECUNDARISTA**

massas.por | Podcast: anchor.fm/por-massas | www.pormassas.org | (11) 95446-2020



## São Paulo - Edição de abril

O Boletim inicia fazendo a defesa da luta contra a reforma do ensino médio. Coloca que somente um movimento massivo e unitário, ocupando as ruas e as escolas, poderá pôr abaixo definitivamente o chamado “Novo Ensino Médio” (NEM). Denuncia que o Ministro da Educação, Camilo Santana (PT), fez uma nova manobra adiando a finalização da implementação do NEM, quando a reivindicação de estudantes e trabalhadores é por sua completa revogação. Mostra que a reforma é um ataque à educação, tanto para estudantes quanto para professores, e que é um instrumento de privatização e ampliação do ensino a distância. Ou seja, que a reforma atende aos interesses de lucro dos capitalistas. Faz a defesa da organização independente e o método da ação direta para conquistar as reivindicações. Mostra que a política das direções estudantis e de trabalhadores de realizar manifestações separadas uma vez por mês serve para quebrar a disposição de luta; que é preciso organizar as oposições classistas.

O Boletim também traz um relato de estudantes que estão fazendo formação política junto ao POR com o folheto “Cartilha para formação secundarista”. No relato, os estudantes sintetizam os conceitos de “capitalismo” e “opressão”, mostram que a classe capitalista é a burguesia – que vive da exploração do trabalho

alheio – e que o capitalismo não tem nada de progressivo a oferecer para a juventude.

Em seguida, o Boletim responde ao problema da violência nas escolas. Mostra que o assassinato da professora Elisabeth Tenreiro, de 71 anos, em uma escola da região da Vila Sônia na Zona Oeste de São Paulo, não é um caso isolado. Aponta que a escola não é uma bolha e que, por isso, a violência que cresce na sociedade, devido à crise do capitalismo, penetra inevitavelmente no seio da escola; que o aumento da presença da polícia não vai resolver o problema da violência, como apontado por políticos e governos reacionários. Defende que “devemos responder ao problema da violência com a força da mobilização dos explorados de conjunto, ligando as bandeiras de defesa da vida da maioria, com a luta para eliminar a raiz de toda violência, que se encontra no capitalismo apodrecido. O problema da violência é uma manifestação da falência do ensino, combinada com a violência em geral, com a miséria e outros fatores”. Exige que os governos atendam às reivindicações dos trabalhadores em Educação.

O Boletim finaliza fazendo a campanha do CERQUI pelo fim da Guerra na Ucrânia.

## Paraná

### Incremento de ATT não é reposição salarial

Informe do Comando Sindical Docente (CSD) em 30 de março aponta que o governo tenta dividir o movimento dos servidores do estado para não repor os 42% acumulados, após 7 anos de arrocho. Indica também que no caso dos docentes estaria “cogitando” aumentar o incentivo por titulação, incremento que já tinha sido acertado entre o governo e os sindicatos em 2011, quando também se acertou a equiparação do piso dos docentes com o piso dos técnicos de nível superior das IEES, resultando na reposição de 31,73%, que foi recebido em quatro parcelas. O governo ignorou a alteração do ATT até que no ano passado aumentou em 5% todos os ATT’s, ficando ainda longe do que foi acertado.

Corretamente o informe do CSD denuncia que “propor essa mudança”, neste momento, “escancara a tentativa do governo de frear a mobilização unitária dos servidores pelo data-base”. O que o CSD não diz é que esta proposta é protagonizada pelas reitorias das sete universidades estaduais. Quer dizer, que a alta burocracia das universidades se prestam ao papel de bombeiros do movimento dos técnicos e docentes, que lutam pela reposição dos 42%.

Na verdade, a burocracia universitária (reitorias, pró-reitorias etc.) escancara a sua verdadeira natureza: é um instrumento do governo dentro das universidades. Este fato, obscurecido pelas consultas às comunidades universitárias a cada quatro anos para “eleger” o reitor, tem se evidenciado nos últimos anos, conforme também o governo avança na transformação desta instituição – outrora tão zelosa de sua autonomia – numa extensão burocrática da SETI. Foi o que se viu na tramitação da LGU, que as reitorias ajudaram a parir e agora a implantam alegremente, acelerando a asfixia da instituição.

Os docentes e técnicos das universidades não podem deixar se seduzir pelo canto de sereia da SETI/Reitorias substituindo a luta pela reposição dos 42% por umas migalhas que eventualmen-

te (pois, o governo sequer oficializou) podem sobrar mediante a alteração na carreira. O que se coloca é a necessidade de aumentar a pressão sobre o governo e sobre os outros setores do funcionalismo, realizando grandes assembleias para encaminhar as lutas e preparar a greve. Qualquer ilusão na “boa vontade” dos reitores/SETI enfraquecerá o movimento.

A situação a que estamos submetidos neste momento pela ação do governo e das reitorias não se limita ao arrocho salarial, mas, também, à liquidação da autonomia universitária que decorre da vigência da LGU. Por isso, é urgente a organização da resistência com os métodos próprios dos trabalhadores: greve, manifestações, passeatas, atos e ocupações, pois, na história das universidades sempre foi dessa maneira que se conquistou qualquer avanço. O oposto, o método da burocracia universitária de agradar o governo com a expectativa que dessa forma pingue alguma migalha só provocou derrotas e retrocessos, e agora ameaça desfigurar completamente as IEES.

O movimento docente também deve incorporar como bandeira a necessária alteração das relações de poder dentro das universidades. A continuidade do comando das burocracias universitárias encasteladas no poder é a continuidade do controle governamental sobre elas, a liquidação de sua autonomia. Para isso, o que se coloca é a substituição da atual estrutura política pelo Governo Tripartite de docentes, estudantes e técnicos, subordinado à Assembleias Gerais Universitárias com poder de revogar os mandatos e voto universal. Somente uma estrutura baseada no efetivo auto governo da comunidade universitária pode garantir a autonomia universitária.

Governo Tripartite em substituição à burocracia universitária! Incremento de ATT não é reposição salarial! Preparar a greve pela reposição dos 42% e pela revogação da LGU!

São Paulo

## Eleições do SinTUFABC: vitória do governismo (PT/PSOL)

Nos dias 3 e 4 de abril ocorreram as eleições para a nova direção do SinTUFABC. Em pouco mais de uma década de existência do sindicato, pela primeira vez houve a inscrição de mais de uma chapa. É importante destacar que esse fenômeno repetiu o que ocorreu na recente Eleição de Delegados do SinTUFABC à Plenária Nacional da FASUBRA, na qual também pela primeira vez se inscreveram duas chapas. Trata-se de um fenômeno positivo, que permitiu a constituição de grupos mais coesos e tornou a campanha eleitoral mais politizada.

De um lado, a Chapa 1 - "Lutar com Independência!" composta por ativistas independentes, POR, PSTU, POM e ES. De outro, a Chapa 2 - "Sem medo de ser feliz", composta pelo PSOL, PT e ativistas independentes. Os nomes das chapas sintetizam bem a identidade de cada uma delas.

A chapa 1 resultou da articulação de lutadores, objetivando garantir uma organização sindical de luta baseada nos princípios da independência de classe, da democracia operária, e do combate às opressões e discriminações. A chapa 2, inicialmente, resultou do impedimento da participação na chapa 1 de um dos atuais Coordenadores Gerais do SinTUFABC, membro da Resistência/PSOL, haja vista sua trajetória de oportunismo, e de apoio à política do governo Lula/Alckmin.

Do ponto de vista político, a campanha eleitoral da chapa 1 teve como principais características a defesa da independência de classe e das conquistas do SinTUFABC. A construção da chapa e do programa se deram de forma democrática e com base na discussão política. Ocorre que a campanha ocorreu fundamentalmente nas mídias digitais, por meio de redes sociais, grupo de comunicação, atividade aberta virtual, ligação telefônica, e lista de e-mails da categoria. A Corrente Proletária/POR chegou a defender a realização de uma atividade aberta presencial no processo de formação das chapas, e de distribuição de material impresso durante a campanha eleitoral, mas foi minoria. Assim, chegou a elaborar e distribuir um Boletim da Corrente Proletária em apoio à chapa 1 em alguns setores. A realização de atividade aberta visando a discutir a campanha salarial foi fundamental,

pois permitiu que a categoria conhecesse e contribuísse ao nosso programa no processo de elaboração. Também foi importante a participação no ato da greve dos servidores públicos municipais de São Bernardo do Campo.

Já a campanha da chapa 2 se deu nas mídias digitais, e também presencialmente em alguns setores, principalmente nas áreas com integrantes na chapa (ProGrad e ProAP). Três características marcaram a campanha da chapa: o apoio ao governo federal, a falsa ideia de renovação da direção e falsificações em relação a chapa oposta. O grave da campanha eleitoral da Chapa 2 foi a realização de um Ato-Show, no mesmo momento em que a Chapa 1 estava no ato dos servidores municipais de SBC.

O resultado das eleições expressou o posicionamento da categoria em relação a um conjunto de fatores que identificam as chapas. A Chapa 1 recebeu 56 votos, e a chapa 2, 79 votos. Como a Coordenação Executiva é proporcional, o resultado deu direito a 9 pessoas da chapa 2, e 6 pessoas da chapa 1. Considerando que a chapa 2 possuía apenas 8 membros, em vez de 15, a Coordenação Executiva terá 14 pessoas. Esse resultado, de uma diferença de 23 votos, se deu em um quadro de cerca de 200 votantes/trabalhadores filiados ao sindicato em uma categoria com cerca de 750 trabalhadores, de refluxo das lutas e de desgaste da entidade (e suas gestões). O certo é que a Chapa 2 não se propõe a impulsionar a luta pelas reivindicações próprias dos trabalhadores, não preserva o histórico das mobilizações e lutas do SinTUFABC, e coloca em xeque a atuação na CSP-Conlutas, central a qual o sindicato é filiado. Desta forma, sua vitória marca um momento de retrocesso na direção do sindicato, a qual passa a contar com uma maioria de pessoas que defende o governo e/ou sem histórico de ativismo.

Os agrupamentos políticos que compuseram a chapa 1 tem pela frente uma árdua tarefa de impulsionar a luta e combater a política de conciliação de classes da chapa vencedora. A Chapa 1 continuará ativa, mantendo sua intervenção, não só como minoria na Coordenação Executiva, como no Conselho de Representantes Sindicais, e em outras instâncias sindicais, buscando ampliar sua composição tendo como base a independência de classe.

São Paulo

## Convenção da Oposição aprova a chapa para as eleições da APEOESP

No dia 1º de abril, as correntes de Oposição realizaram a Convenção para discutir o programa e a composição da chapa. Nessas eleições, correntes que fizeram parte em eleições passadas da "Oposição Unificada", principalmente a maioria do PSOL e o PCB, se aliaram à chapa da burocracia sindical, do PT e PCdoB. Em nome de uma suposta democracia, abandonaram o campo oposicionista e se colocaram em defesa da governabilidade de Lula. Está aí por que foi muito importante a convocação de uma Convenção pelas correntes que reivindicam a independência de classe diante do Estado e do governo.

A Convenção contou com quase duas centenas de professores. As correntes que compõem a frente "Oposição Combativa" se reuniram na parte da manhã para discutir os pontos comuns, que seriam apresentados na Convenção, no período da tarde. As correntes puderam expor seus programas para chapa, e quatro propostas foram encaminhadas à mesa. O PSTU, MRT e CST apresentaram a mesma proposta.

A Corrente Proletária/POR fez a exposição de sua contribuição à Convenção, que está publicada abaixo. Após a apresentação das quatro propostas, constituiu-se uma comissão que elaborou os pontos comuns. Houve acordo que os pontos divergentes deveriam ser destacados na Convenção e votados. A reunião da Oposição Combativa foi interrompida, em função do horário, e o ponto sobre o funcionamento dessa frente ficou para o próximo encontro.

No período da tarde, os professores foram credenciados, seguindo o critério de poderem se filiar ao sindicato no momento, para ter direito a voz e voto. Sobre esse ponto, havia três posições. O POR interveio mostrando a diferença entre as três posições: 1) direito de voz e voto apenas aos professores já filiados à Apeoesp; 2) direito de voz e voto aos professores que se filiarem no momento da abertura da Convenção; 3) direito de voz e voto aos professores, independentemente de ser filiado ou não ao sindicato. Venceu a proposta dois.

Na Convenção, a mesa apresentou os pontos comuns estabelecidos pela comissão e foram feitos vários destaques. O POR destacou os seguintes aspectos: 1) a independência dos sindicatos diante do Estado e do governo Lula; 2) a defesa do sistema único, público, laico, científico, voltado à produção social, enquanto a maioria aceitou o sistema único, mas agregava a bandeira da “escola de qualidade”; 3) o fim do PEI e as suas consequências, 4) a revogação da imposição do ensino a distância, 5) a luta pelo fim da terceirização nas escolas e a efetivação dos trabalhadores terceirizados. As correntes que tinham maioria na Convenção propuseram que a maioria das propostas fosse rediscutida na comissão, buscando uma formulação comum. Assim, poucas propostas foram votadas.

No momento da constituição da chapa, apresentaram-se dois nomes para encabeçar a chapa, vencendo a da companheira do PSTU. Em seguida, foram indicados quatro nomes para vice. Nesse momento, o POR indicou um companheiro. Como havia a aliança PSTU, MRT e CST, também tinha um acordo de que a vice do PSTU seria uma companheira do MRT. Assim, a chapa foi composta, seguindo o critério estipulado pela burocracia do sindicato, que para se inscrever uma chapa era preciso ter no mínimo 60 professores, sendo 18 do interior do estado. Seguindo a proporcionalidade, os demais cargos da chapa serão compostos pelas demais correntes que compuseram a Convenção.

São Paulo

## Convenção lança a Chapa “Oposição Unificada” para disputar as eleições para a diretoria do SINPEEM

A Convenção ocorreu no dia 2 de abril e contou com 379 participantes, agrupados em várias correntes e blocos. Foram decididos o programa, o candidato a presidente e a composição da chapa. O encontro foi precedido por uma série de reuniões voltadas à construção dos textos de conjuntura, política educacional e sindical, onde se tentou concentrar ao máximo naquilo que unificava os diversos agrupamentos, de modo a preservar a unidade da chapa. A realidade impunha e impõe a formação de uma frente no campo da independência de classe para derrotar a atual direção do SINPEEM, que é uma burocracia autoritária, que aplica uma política imobilista e conciliadora. A crise do capitalismo vem sendo descarregada sobre os trabalhadores e a juventude, exigindo destes a luta pela retomada de seus instrumentos de luta. A Corrente Proletária na Educação/POR participou da Convenção, comporá a chapa e trabalhará pela vitória da Oposição Unificada.

O fato de a Corrente Proletária estar dentro da chapa, contudo, não quer dizer que confunda a sua política com a da maioria da oposição, que é formada por correntes do PSOL. Pelo contrário, a condição para a participação desta, ou de qualquer outra frente, é poder exercer a liberdade de crítica. E há dois aspectos centrais que merecem menção neste balanço: primeiro, não dá para ignorar o que está se passando no sindicato da rede estadual, a APEOESP, onde praticamente as mesmas correntes do PSOL capitularam diante da burocracia sindical petista, compondo a Chapa 1, da Articulação Sindical/PT e aliados. A Corrente Proletária não deixou de denunciar, antes e durante a própria Convenção, este erro brutal; em segundo lugar, mesmo firmando uma posição por escrito em nome da “independência em relação aos governos”, é notória a presença de posições governistas (de apoio ao governo Lula/Alckmin) no interior da chapa.

O problema do governismo é de suma importância. O que se tem visto é que as correntes sindicais ligadas ao PSOL estão amarradas à aliança com o PT, que vem sendo construída há tempos e foi aprofundada a partir das últimas eleições presidenciais. A justificativa para a extensão dessa política ao âmbito sindical tem sido a luta em defesa da “democracia” em abstrato (ou seja, sem qualificá-la quanto ao seu conteúdo de classe, como democracia

A Corrente Proletária considera que foi muito importante a constituição da chapa oposicionista, depois que a maioria das correntes, que se intitulavam de oposição, ter rompido e trabalhado para inviabilizar uma chapa de combate à burocracia da Apeoesp. O trabalho de percorrer as escolas para expor o programa da chapa é grande. Isso porque o “Chapão” dos burocratas conta com todas as facilidades e recursos, enquanto a chapa de oposição contará apenas com a disposição de uma vanguarda classista que não foi submetida à burocracia do PT, que há muito se apoderou do maior sindicato de educação do país.

Ficou claro que o “chapão governista” fez de tudo para impedir que a oposição fizesse parte da comissão eleitoral, que foi constituída somente pelas correntes que se submeteram. Nas regionais, pela primeira vez, impuseram o critério de chapa para concorrer às eleições do Conselho de Representantes estadual e regional. Certamente, usarão o mesmo critério da chapa para a direção da Apeoesp, ou seja, se não obter 20% de votos não terão direito à proporcionalidade. O que evidencia o quanto a burocratização avançou na Apeoesp, seguindo os passos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que sequer realiza eleições diretas por chapas.

As eleições ocorrerão no dia 26 de maio, a Corrente Proletária se empenhará para que as posições da Chapa de Oposição cheguem até as escolas e possam ganhar uma parcela dos professores que não será iludida pelo discurso fácil e demagógico dos burocratas e de seus aliados.

burguesa), que estaria sendo ameaçada pelo “fascismo”. Por essa via, certas caracterizações, como a de que a vitória de Lula teria significado uma “conquista dos trabalhadores”, acabam ganhando força no interior do movimento sindical, e da chapa em particular.

A Corrente Proletária apresentou posição contrária a essa linha governista. Caracterizou o governo Lula/Alckmin como burguês, de frente ampla, demonstrando que, embora não possa ser igualado ao de Bolsonaro, expressa os mesmos fundamentos de classe, de modo que o essencial das medidas aprovadas durante os dois governos anteriores permanece de pé, principalmente as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a do ensino médio/BNCC. Diante desses fatos, a posição assumida pela Corrente Proletária é a de erguer uma poderosa oposição revolucionária ao governo.

A questão do governismo se manifestou ainda de outras formas durante a Convenção. Chamou a atenção o fato de alguns militantes, que são dissidência recente da corrente O Trabalho (PT), comporem a chapa também. Tal fato levou o MRT a se retirar da chapa – o que a Corrente Proletária entende como um equívoco, pois os dissidentes de O Trabalho ocupam um lugar marginal e devem estar subordinados ao programa da chapa, a qual afirma uma posição de independência. Além disso, enfraquecer a chapa de oposição certamente favorecerá a burocracia comandada por Cláudio Fonseca. A Corrente Proletária continuará travando a luta contra o governismo por dentro da chapa e junto aos trabalhadores na base.

Em que pese todos esses problemas, é inegável que a conformação de uma chapa oposicionista, diante de tantos fatores contrários, constituiu uma vitória. Cabe agora realizar uma ampla campanha nas escolas. Os trabalhadores da rede estão perto de iniciar a sua campanha salarial, cuja data-base é em maio – na verdade, a campanha está em atraso, já que nem uma assembleia sequer foi convocada ainda. As eleições para a Diretoria do sindicato serão no final de maio. É preciso tomar cuidado para que a disputa eleitoral não se sobreponha à mobilização da categoria e do funcionalismo em geral, que precisa se dar o quanto antes e deve levantar as reivindicações que atendam às necessidades dos trabalhadores e da juventude, com o método da ação direta

Publicamos a seguir a proposta da Corrente Proletária ➡

São Paulo - SINPEEM

## Contribuição da Corrente Proletária na Educação/POR à Convenção da Oposição



A Corrente Proletária insistiu para que houvesse uma chapa oposicionista para concorrer às eleições da Apeoesp. Mas, boa parte das correntes que compuseram a Oposição Unificada em eleições passadas se colocou por compor a chapa do PT/PCdoB. Fato que não foi surpresa, haja vista que nos últimos anos essa parcela da oposição esteve com as posições do setor majoritário da diretoria, comandado pela deputada petista Maria Isabel. A contribuição da Corrente Proletária, para constituir uma chapa oposicionista à chapa de colaboração de classes situacionista, objetiva colocar os pontos fundamentais que possam permitir a discussão frentista.

As correntes que se reivindicam da Oposição Unificada estão obrigadas a esclarecer esse fato aos professores, que depositaram confiança nesse setor oposicionista. Isso ocorre no momento em que se tornou mais urgente a constituição de uma direção sindical classista e de luta, para enfrentar as duras medidas governamentais e combater a política colaboracionista das direções sindicais, em particular, a da Apeoesp. A justificativa de que é preciso defender a democracia contra as ameaças golpistas não se sustenta se somando aos partidos que foram incapazes de resistir ao golpe de Estado de 2016, e que hoje se mostram impotentes em organizar a luta dos explorados contra as ameaças ultradireitistas que rondam as esferas governamentais.

A chapa oposicionista se choca com a posição daqueles que apoiam o governo Lula, que se constituiu com os partidos que protagonizaram o golpe que derrubou Dilma Rousseff. A defesa das liberdades democráticas contra as ameaças golpistas se fará tendo como auxiliar os sindicatos classistas, e não os submetendo à política de conciliação de classes para sustentar a governabilidade de Lula.

Nesse sentido, chamamos os professores a se colocarem por constituir uma posição classista e de luta, para a eleição dos professores que farão parte dos Conselhos de Representantes, estadual e regional, e para a diretoria da Apeoesp.

**Eis os principais pontos do programa classista e de luta**

### I. Defesa da Independência de classe diante dos governos e dos partidos da burguesia

Estamos diante de dois governos que expressam políticas distintas. O governo Lula, considerado “reformista-popular”; e o de Tarcísio, expressão da ultradireita bolsonarista.

A grande maioria das direções sindicais fará de tudo para garantir a governabilidade de Lula. Significa que submeterá os sindicatos à política de colaboração com o governo. Com o falso argumento de que se trata de um “governo em disputa”, essas direções nada farão para que Lula revogue as contrarreformas de Temer e Bolsonaro – trabalhista, previdenciária, terceirização e ensino médio, principalmente.

Uma direção sindical classista tem a obrigação de se colocar pela derrubada das reformas antitruabalhadoras, com os métodos próprios dos explorados, com as greves e ações unitárias nas ruas. Essa política, certamente, se choca com a de colaboração, que procura a via dos acordos entre governo, direções sindicais e capitalistas. O que resulta em derrota para os trabalhadores.

O governo de Tarcísio, não resta dúvida, terá de ser enfrentado com muita organização e luta. O que depende de direções sindicais dispostas a enfrentá-lo com os métodos dos explorados. A direção petista da Apeoesp já demonstrou sua adaptação ao governo Tarcísio, apesar dos discursos oposicionistas. Tarcísio vem impondo sua política privatista, não só para a educação, sem que haja nenhum movimento organizado de resistência.

Nesse sentido, é fundamental a constituição de uma chapa oposicionista, classista e de luta, para colocar a Apeoesp no caminho da resistência à política dos governos, seja de Lula, seja do bolsonarista Tarcísio.

### II. Defesa da democracia sindical

Há muito, as direções sindicais vêm anulando um dos fundamentos básicos do sindicalismo, que é a democracia sindical. Chegou-se ao ponto do maior Sindicato Metalúrgico do ABC, que está há muito sob o controle do PT, abolir as eleições diretas para a escolha da direção do sindicato. Na Apeoesp, a existência de cotas por chapa para ter voz no Conselho Estadual, o controle das assembleias, a existência de um Congresso cada vez mais submetido à política da ala majoritária do sindicato, as enormes dificuldades de se constituir chapas para concorrer às eleições, entre outros obstáculos, expressam a eliminação da democracia própria dos trabalhadores.

Uma oposição classista se apoia na democracia proletária. No direito da base se manifestar e se posicionar em todas as instâncias do sindicato. E no cumprimento das decisões aprovadas democraticamente nas assembleias, congressos etc. No direito democrático de constituir chapas para concorrer à direção sindical, o que significa retirar todos os entulhos antidemocráticos que impedem esse legítimo direito.

### III. Defesa das reivindicações que unificam os professores com os demais trabalhadores

Nesse momento, há reivindicações que são vitais para o conjunto dos trabalhadores, entre elas, a revogação das contrarreformas. Lula sinalizou que não revogará essas reformas. Poderá fazer um ou outro ajuste, mas manterá sua essência. E sua essência é a de favorecimento aos capitalistas e de maior sacrifício aos trabalhadores e à juventude oprimida.

A chapa oposicionista, nesse sentido, se coloca:

1. Pela revogação das reformas trabalhista, previdenciária, terceirização e ensino médio/BNCC;
2. Pelo salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de base, necessário para sustentar a família trabalhadora;
3. Emprego a todos, por meio da redução da jornada sem redução dos salários – escala móvel das horas de trabalho.

Essas reivindicações permitem a unidade dos trabalhadores em defesa de sua condição de vida. Trata-se da unidade que se forja a partir de um programa próprio de reivindicações, das assembleias de base, dos comitês de luta e da constituição de poderosos levantes dos explorados nas ruas.

#### IV. Defesa de reivindicações particulares dos professores

As reivindicações particulares de um setor, como essas que apontamos abaixo, só serão conquistadas por meio da coesão do professorado, o que implica a unidade entre efetivos e contratados. A divisão é uma arma que vem sendo imposta pelos governantes. A unidade, por sua vez, é uma poderosa arma que favorece ao conjunto do professorado.

- 1) Aplicação imediata da correção integral do Piso Nacional do Magistério de 14,95%;
- 2) Reposição das perdas salariais, para repor o poder de compra dos salários, que sofreu enorme dilapidação nos governos do PSDB, que inclui o de Alckmin;
3. Fim da farsa da Escola de Tempo Integral – do PEI, que exclui o aluno-trabalhador;
- 4) Revogação do “Novo Ensino Médio”, da BNCC e dos APDs, que aumentam a superexploração do professor, eliminam disciplinas fundamentais, introduzem as perfunctórias dos “itinerários”, avançam com o ensino a distância e exigem mais tempo nas escolas pela via dos APDs;
- 5) Fim da “nova Carreira” imposta pelo governo Doria e seguida por Tarcísio, que elimina conquistas históricas do magistério e introduz a excrescência do subsídio e mais mecanismos meritocráticos para obter algum reajuste nos salários, ampliando assim o esfacelamento do magistério;
- 6) Extinção imediata da terceirização nas escolas. Contratação dos terceirizados pelo governo e aplicação da regra de “trabalho igual, salário igual”.

#### V. Defesa de uma educação científica, voltada à produção social

A educação vem sendo sucateada. A violência, em suas múltiplas formas, se manifesta também no interior das escolas, como consequência da barbárie social. As reformas educacionais que partem dos governantes visam tão somente ao corte de recursos e ao avanço da privatização. Impulsionam, portanto, a superexploração do trabalho, a eliminação de antigas conquistas, a discriminação

cada vez mais acentuada entre o ensino público e o particular, a imposição do obscurantismo religioso em contraposição à ciência e o fim da liberdade de cátedra.

A chapa de Oposição combate tais reformas e se posiciona por uma educação científica, democrática e vinculada à produção social. Eis:

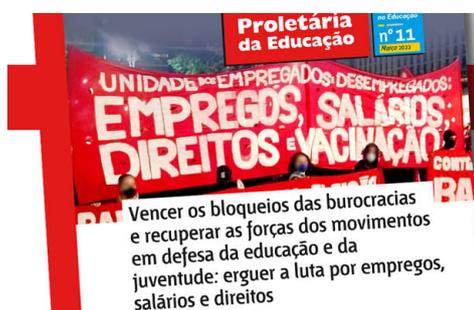
- 1) Por um sistema único de ensino público, gratuito, para todos e em todos os níveis, laico, vinculado à produção social e sob controle de quem estuda e trabalha;
- 2) Pela estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino;
- 3) Extinção do ensino a distância. A aprendizagem é um ato coletivo, portanto, depende o ensino presencial;
- 4) Dar uma resposta classista ao problema da violência nas escolas, mobilizando os trabalhadores e a juventude em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, contra todas as formas de precarização e sucateamento do ensino. Não ao recrudescimento das medidas repressivas, que só fortalecem o controle e a militarização das escolas;
- 5) Abertura de todas as salas e turnos fechados. Redução do número de alunos por sala, no máximo 25 alunos;
- 6) Financiamento integral da educação pelo Estado, sob o controle de quem estuda e trabalha.

#### VI. Combate ao capitalismo, fonte de toda sorte de discriminação e opressão, e edificação de uma sociedade socialista

Vivemos uma profunda crise econômica mundial, agravada pela guerra na Ucrânia, pela guerra comercial entre a China e Estados Unidos e pelo avanço da escalada militar. As consequências têm sido dramáticas para a maioria oprimida de todo o mundo, com o avanço da fome, miséria, desemprego e doenças. E com o acirramento das discriminações sociais e raciais. O fundamental está em que os trabalhadores vêm ganhando as ruas contra a política de seus governos, a exemplo das poderosas greves na França. No Brasil, no entanto, as direções sindicais continuam passivas e submetidas à política de colaboração com os governantes.

A chapa de Oposição se coloca pelo fim do capitalismo, que só pode se dar por meio da revolução social. Não virá, portanto, dos processos eleitorais, por esse caminho só é possível substituir um governo burguês por outro governo também burguês, que preservará a propriedade privada dos meios de produção. Eis aí por que a chapa oposicionista se coloca por edificar uma sociedade socialista.

A chapa oposicionista, nesse momento, faz a campanha pelo Fim da guerra na Ucrânia, pela unificação da classe operária contra o domínio imperialista e pela autodeterminação das nações oprimidas. Pela exigência que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e bloqueios, em defesa de um programa próprio de reivindicações dos explorados. Pelo combate a toda forma de violência reacionária e discriminação sobre as mulheres, negros, indígenas e homossexuais. E pela luta unitária dos explorados para erguer uma sociedade socialista.



### Revista Proletária na Educação



As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

## Rondônia

**Chega de passividade! Que as direções sindicais dos trabalhadores da educação organizem a luta em defesa das reivindicações**

O governador Marcos Rocha e prefeito de Porto Velho Hilton Chaves, ambos do partido direitista – União Brasil, continuam impondo o arrocho salarial. Sequer o percentual do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais), criado em 2006, para garantir o pagamento do piso salarial, foi atualizado até o momento. O piso salarial é um direito que deveria estar disponibilizado em nossas contas desde o mês de janeiro. E fazem isso porque não contam com a resistência organizada dos trabalhadores da educação.

Já estamos no quarto mês do ano e as direções dos três sindicatos de educação não convocaram as assembleias unitárias para que os trabalhadores aprovelem o caminho da luta em defesa das reivindicações. Agora, o Sintero começou a marcar as assembleias a partir do início deste mês, nas diversas regionais, depois de tantas cobranças feitas pelos trabalhadores. Os demais sindicatos, até agora, não se manifestaram. Permanecem em mesas de negocia-

ções nas duas esferas, que resultam em embromações, com adiamentos de respostas para a categoria.

Enquanto as direções sindicais continuam passivas e submetidas aos governos, os trabalhadores da educação continuam sem a reposição salarial, enfrentam a elevação do custo de vida e se encontram, cada vez mais adoentados, em função da superexploração do trabalho, das exigências feitas pelas secretarias de educação e diretores de escolas e das precárias condições de trabalho.

A Corrente Proletária na Educação/POR vem rechaçando os métodos utilizados pelas direções conciliadoras dos sindicatos e exigindo a convocação de assembleias unitárias dos trabalhadores da educação, para aprovar a luta por meio de seus métodos próprios, que são as manifestações de rua, greves, bloqueios etc. Nesse momento, faz a campanha para que Lula revogue imediatamente o “Novo Ensino Médio” de Temer e que os governadores e prefeitos paguem integralmente o Piso Nacional do Magistério, corrigido em 14,95%.

## Goiás

**Universidade de Catalão: crescem as tendências reacionárias**

No dia 27 de março, várias pessoas da comunidade da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), de Goiás, receberam a denúncia de uma postagem numa rede social que desqualificava a universidade. Trata-se de um perfil que pretende expor as universidades públicas brasileiras como supostamente de esquerda. A publicação exibiu um vídeo da sala do DCE e outras organizações estudantis, bem como frases registradas nas paredes, alguns cartazes e trabalhos sobre gênero, diversidade etc. O autor ainda escreveu: “Te parece um lugar agradável e plural?”.

O ADCAC (Sindicato Docente) fez uma nota de repúdio publicada no dia 29; uma reunião foi realizada dia 04/04 com a presença do DCE e da ADCAC – as ações tiradas serão: uma carta conjunta cobrando da reitoria medidas judiciais; num segundo momento serão realizadas, na calourada/2023 (17/04 a 20/04), atividades conjuntas, que mostram essas e várias outras ações do movimento estudantil, projetos que existem na UFCAT etc.

O fundamental é compreender que esse acontecimento não é isolado, mas representa uma parte do movimento reacionário maior que cresce no mundo todo, conforme também avança a crise

econômica mundial e a decomposição do capitalismo. No Brasil essas tendências reacionárias contra as escolas e universidades estão sintetizadas no movimento Escola Sem Partido e no crescimento do bolsonarismo.

As ações tomadas pelo sindicato e pelos estudantes, apesar das boas intenções, não vão além de medidas políticas e judiciais que dependem do Estado burguês. Por esse caminho, não se combaterá a ofensiva da ultradireita, que pretende se utilizar do ensino para potencializar posições fascizantes. Está colocada a luta no interior das organizações estudantis em torno ao programa para a educação como parte do programa da classe operária em sua luta contra o capitalismo e pelo socialismo.

Fatos como esse mostram que se faz necessária uma luta geral dos movimentos pelas condições de vida das massas exploradas, que colocará a classe operária, trabalhadores da educação, estudantes e outros setores em movimento. Só assim, pela luta de classes, é possível combater de forma consequente as tendências reacionárias que crescem na sociedade de classes, capitalista e em decomposição.

## São Paulo

**Realizada a primeira reunião preparatória do 1º de Maio na Sé**

O tradicional 1º de Maio na praça da Sé começou a ser organizado através de convocação para uma reunião no dia 5 de abril, na sede do Sintrajud.

A reunião contou com baixa adesão, o que inviabilizou algumas discussões. No entanto foram tirados os eixos gerais da manifestação: 1º de Maio Internacionalista, classista e independente de governos e patrões. Esses eixos devem dar o caráter do ato, que terá como “concorrente” o 1º de Maio governista no Vale do Anhangabaú.

O POR esteve presente na reunião e destacou a importância de um 1º de maio que se diferencie do governismo e que se coloque pelas necessidades da maioria explorada. Trabalharemos pela sua construção, chamando a classe operária e demais explorados a defenderem neste dia um programa próprio de reivindicações, que tenha como eixos a defesa dos empregos, salários e pela revogação das malditas reformas trabalhista e previdenciária.

Além disso, o caráter internacionalista deve estar garantido na defesa do fim da guerra de dominação na Ucrânia e no apoio à luta das massas na Europa e no mundo todo.

Ainda serão realizadas outras reuniões de organização, mas é certo que desde já o 1º de maio na Sé se coloca na trincheira da luta contra a conciliação de classes e pelas necessidades da maioria.

Adquira com o distribuidor: **R\$35****AS ESQUERDAS NO BRASIL**

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

**AS ESQUERDAS NO BRASIL**

O Trotskismo diante da tarefa de construir o partido revolucionário

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A VIVÊNCIA

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



# Saudação do Partido Operário Revolucionário ao Congresso Fundacional da Aliança Revolucionária dos Trabalhadores

Abril de 2023

Companheiros, este primeiro congresso da Aliança Revolucionária dos Trabalhadores (ART) ocorre em um momento de profunda crise do sistema capitalista, em sua fase agonizante. O prolongamento da Guerra na Ucrânia e as tendências bélicas que se desenvolvem em torno da China demonstram o caráter destrutivo das respostas burguesas à crise estrutural do capital. Para se contrapor à tendência de queda na taxa de lucro, o capital monopolista ataca antigas conquistas dos trabalhadores e aumenta a voracidade sobre fontes de matérias primas, intensificando a opressão sobre as nações semicoloniais.

No Brasil, apesar das ilusões alimentadas pelas direções dos movimentos sindical, popular e estudantil em torno da eleição de Lula, o novo governo tem se comprometido a manter as contrarreformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio, assim como não reverterá as privatizações. Na conjuntura internacional, despontam lutas de grande magnitude de tempos em tempos. Porém, tanto internacionalmente como nacionalmente, a contenção das burocracias sindicais tem impedido que os explorados unifiquem suas lutas e as generalizem em um forte movimento contra a burguesia e seu Estado.

Nossa saudação ao Congresso da ART se dá a partir de uma valiosa atuação frentista que estamos impulsionando no movimento docente nacional, onde nos unimos na defesa de um programa classista em resposta à privatização e destruição da educação, em defesa do acesso irrestrito da juventude ao ensino por meio da estatização, sem indenização, da rede privada de educação e criação de um sistema único público, gratuito, laico e controlado pelos que estudam e trabalham. Defendemos juntos a construção de uma oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin, que coloque as massas em movimento a partir de suas reivindicações mais sentidas como empregos, salários, direitos, terra para camponeses e indígenas e autodeterminação dos povos originários. Mostramos que esse conjunto de reivindicações só pode ser erguido a partir da luta com os métodos da ação direta coletiva, retomando as greves, piquetes, ocupações e variadas formas de autodefesa. Estivemos unidos também no combate à desfiliação do ANDES-SN à CSP-Conlutas, caracterizando-a como uma ação oportunista e divisionista a serviço do governismo. Defendemos que as várias

opressões precisam ser enfrentadas em unidade com o combate a suas raízes de classe. E pudemos manifestar, na prática, a defesa do internacionalismo. Essa frente que seguimos impulsionando tem se dado em torno de um debate franco e fraterno. Esperamos que os princípios, reivindicações e métodos que têm guiado essa frente possam também dar frutos em outras regionais e categorias.

A conjuntura, porém, nos exige esforços ainda maiores para contribuir para que o proletariado conquiste sua independência de classe e erga seu partido operário revolucionário. Que consiga unificar os demais oprimidos das cidades, dos campos e das florestas. O combate pela independência dos explorados e das suas organizações diante da burguesia e seus governos tem uma importância decisiva. Para nós, do POR, essa tarefa só tem como se dar por meio da construção do partido-programa. Sabemos que os companheiros da ART aprovarão neste congresso o seu programa. Temos todo o interesse em debater o documento dos companheiros, assim como convidamos a sua militância a conhecer nosso programa, que vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos 33 anos, em confronto com o revisionismo e o reformismo, com todas suas variantes. Para nós, o internacionalismo se manifesta, na prática, no trabalho paciente e constante de superação da crise de direção internacional e reconstrução do partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional. Essa tarefa histórica exigirá dos revolucionários muito afinco para materializar as táticas de frente única; manter as bases programáticas e princípios do marxismo-leninismo-trotskyismo; desenvolver os programas ajustados às particularidades nacionais e, para converter esse programa em força material, é preciso penetrar na classe operária e nos demais segmentos dos explorados.

O caminho de construção/reconstrução de uma direção revolucionária em nível nacional e internacional passará por tortuosos processos de depurações nas organizações, mas também de fusões em torno do programa e da estratégia da revolução e ditadura do proletariado. Esperamos que nossos caminhos confluem, que possamos avançar nas frentes e nas categorias em que atuamos, mas também na luta para construir um partido operário revolucionário no Brasil como parte da reconstrução da IV Internacional.

## Formação política

### Grupo de Estudos concluiu As Três Fontes Constitutivas do Marxismo, de Lênin

Na última semana, o Grupo de Estudos concluiu suas discussões sobre esse importante texto de Lênin. Nas duas últimas reuniões, discutimos, respectivamente, a segunda fonte, a economia política inglesa, e a terceira, o socialismo francês. Os encontros contaram com alguns simpatizantes e pessoas que queriam conhecer mais o partido, além dos militantes poristas.

A segunda fonte constitutiva do marxismo, a economia política inglesa, é um dos pilares do trabalho de Marx, que se baseou nas teorias de Adam Smith e David Ricardo, para desenvolver as bases da teoria da exploração do trabalho e das crises do capitalismo. Discutimos no grupo, principalmente, como a classe parasitária, a burguesia, detentora dos meios de produção, se utiliza da força de trabalho para gerar sua riqueza. Algumas dúvidas sobre a mais-valia foram levantadas e discutidas. Já no encontro seguinte,

discutimos como o socialismo científico de Marx e Engels superou o socialismo utópico do séc. XVIII e XIX. Alguns militantes apontaram que a grande contribuição do marxismo foi demonstrar que a história se processa por meio da luta de classes. A luta histórica entre as classes antagonicas, a burguesia e o proletariado.

Concluímos com uma ideia fundamental apresentada por Lênin no final de seu folheto, de que os seres humanos, para deixarem de ser vítimas do erro e do engano, devem aprender a identificar por trás de todos os discursos, teorias, promessas morais, políticas ou religiosas, os interesses de uma ou de outra classe.

Devido ao interesse dos presentes neste último ponto, decidimos nos próximos encontros aprofundar o problema das classes sociais e da luta de classes, a partir de extratos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Guillermo Lora.

## Nesta edição:

- **Entrevistas:** 100 anos do “Novo Curso” de Trotsky | Participação do POR na TV A Comuna: Marchamos para a 3ª guerra mundial?
- **Economia mundial:** Alastra-se a quebra de bancos norte-americanos
- **França:** Trabalhadores franceses mostram o caminho da luta, enfrentar o capitalismo em decomposição | As massas francesas em luta carecem de uma direção revolucionária
- **Bolívia:** A grande manifestação operária de 30 de março seria o despertar do movimento fabril?
- **Argentina:** Balanço do 24 de março - Nossos 30.000 companheiros presos e desaparecidos lutavam pela democracia?
- **Israel:** Netanyahu suspende reforma judicial
- **Lênin:** A guerra na Ucrânia entra no seu segundo ano

# Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## Entrevista

Participação do POR em debate no canal TV A Comuna, sobre o centenário da obra Novo Curso, de Leon Trotsky

## Há 100 anos, o Novo Curso assentava as bases da luta contra o revisionismo estalinista

No dia 11 de março, realizou-se um debate, através do canal TV A Comuna, sobre os 100 anos do Novo Curso. Na ocasião, Mário Maestri foi convidado para falar sobre e divulgar uma nova tradução, realizada por Florence Carboni. A “Apresentação” do livro é assinada justamente por Maestri. Como o POR já havia feito uma tradução, datada de 2014, e publicado em forma de folheto e depois no livro “100 anos da Revolução Russa”, em 2017, fomos convidados para compor o debate. O texto abaixo é a transcrição referente às duas primeiras falas do representante do POR, modificada de forma a extrair aspectos da oralidade e a completar raciocínios que ficaram incompletos ou imprecisos.

A intenção foi e é a de divulgar esse importante trabalho de Trotsky, como parte da luta ideológica que os marxistas estão obrigados a travar, diante das necessidades políticas da atualidade, especialmente para compreender o que se passa na Rússia – país que se encontra no centro do conflito mais importante do momento, que é a guerra na Ucrânia. Esperamos que a vanguarda com consciência de classe assista ao vídeo e leia a obra que foi objeto de debate. Nosso partido se coloca à disposição para quem pretenda adquirir livro – a nossa edição conta com o prólogo da edição grega, escrito quando da memória de uma década do livro (ou seja, em 1933). Colocamo-nos também à disposição para quem queira estudar a obra conosco. *Viva os 100 anos do Novo Curso!*

### Primeira intervenção:

A apresentação que eu faço aqui é em nome da organização política à qual eu pertencço, que é o Partido Operário Revolucionário (POR). Agradeço o convite, o canal TV A Comuna. Já tivemos diversas participações em episódios variados aqui, o canal tem jogado um papel importante no sentido de permitir o debate no

seio da vanguarda, sobre temas de grande relevância. Quero deixar registrado uma saudação nossa à iniciativa de tradução feita pela companheira Florence Carboni, com a apresentação escrita pelo companheiro Mário Maestri. Nós, do POR, também fizemos uma tradução dessa obra, na forma de folheto, em outubro de 2014 e, depois, publicado na forma de livro em outubro de 2017.

Farei uma divisão em duas partes. Na primeira parte, falarei mais sobre a importância, sobre a vigência do Novo Curso, ou seja, iniciarei focando mais no centenário da obra; na segunda parte, abordarei mais especificamente o seu conteúdo.

Sobre a vigência do Novo Curso, vale destacar dois aspectos. Primeiro, trata-se de um marco na luta contra a burocratização do partido bolchevique, do Estado operário e da Internacional Comunista. Segundo, tem a ver com a compreensão desse processo de burocratização, o que interessa ao objetivo de reconstruir a Quarta Internacional, pensando na superação da crise de direção revolucionária, tal como foi defendido por Trotsky.

A luta do Trotsky e dos bolcheviques-leninistas contra a degeneração burocrática tem a sua atualidade. E, para tratar disso, precisamos caracterizar o momento em que estamos vivendo, fazer uma avaliação que parta da situação mundial, em cujo centro se encontra, indiscutivelmente, a guerra na Ucrânia. É preciso recuperar as raízes históricas que explicam os elementos centrais, as particularidades e as contradições desse conflito. Há uma acentuação da crise estrutural do capitalismo, e o seu eixo está na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, altamente potencializadas, e as relações de produção monopolistas; contradição também entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais. Presenciamos um momento de profunda decomposição econômica, o capitalismo vive um momento de ruína, e aspectos particulares desse processo são encontrados no avanço da OTAN, na guerra comercial entre os Estados Unidos e a

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL  
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA  
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DE MASSAS

China, no recrudescimento das tendências bélicas do capitalismo, e na possibilidade tenebrosa de uma terceira guerra mundial - não se trata de alarmismo, basta observar as tendências e os riscos inerentes ao conflito atual, inclusive com a possibilidade de um conflito nuclear. A Ucrânia está sendo utilizada como bucha de canhão do imperialismo - em particular do imperialismo norte-americano, da OTAN, e aliados; ao mesmo tempo, a Ucrânia vem sendo utilizada como escudo por parte da Rússia. Essa contradição e esses elementos que compõem a realidade da guerra na Ucrânia são importantes para a luta política que temos de travar. O POR tem feito uma campanha, desde o início do conflito, com as bandeiras de desmonte da OTAN, fim das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo inteiro, fim das sanções econômicas à Rússia, pela retirada das tropas russas, e em defesa da autodeterminação e integralidade territorial da nação ucraniana. Tudo isso determinado pela estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Como se vê, o momento que vivemos tem como elemento central o conflito ucraniano. E aí vemos o papel desempenhado pela Rússia, o que, por sua vez, exige que observemos a sua história, a história da União das Repúblicas Soviéticas (URSS), e a influência exercida pela conclusão do processo de restauração capitalista naquele país. O Estado russo é burguês, o estado operário criado pela Revolução de 1917 não existe mais. E a conclusão desse processo de restauração capitalista possui um significado histórico mais profundo, que se encontra na interrupção da transição do capitalismo ao socialismo. Desse processo - inclusive com a liquidação de conquistas históricas do proletariado, cuja expressão mais elevada foi a própria União Soviética - é que emerge com uma importância muito grande o papel exercido pelo Novo Curso, em 1923. Nessa obra, Trotsky analisou os primeiros passos da burocratização do partido e do Estado operário. Está aí a importância histórica do livro. Se olharmos o que está acontecendo hoje entre Rússia, Ucrânia e o imperialismo encabeçado pelos Estados Unidos não podemos deixar de procurar as origens do processo de burocratização. E aí não há como não ressaltar a importância que teve o combate realizado por Trotsky - inclusive, numa espécie de bloco com o Lênin, antes da sua morte.

Buscando as raízes do restauracionismo, encontramos um profundo isolamento da revolução russa. Logo depois da tomada do poder em 1917, deu-se uma grande expectativa em relação à expansão do processo revolucionário, particularmente na Alemanha. A derrota da revolução alemã foi um duro golpe na revolução russa. Deu-se também a extenuação das massas, de maneira geral, e, em particular, da sua vanguarda, após anos de guerra imperialista, da própria revolução e depois de guerra civil, processo que levou ao extermínio de uma boa quantidade dos militantes que compunham a velha guarda bolchevique. Este último é um fator que conta bastante, porque os militantes são aqueles que levam a política do proletariado às massas, encarnando o seu programa, como expressão consciente do instinto comunista que as massas operárias possuem. É nesse entroncamento da consciência revolucionária, que está condensada no partido, com as massas que reside o aspecto crucial do processo revolucionário. Sem o partido, não tem revolução. Outro elemento que faz parte das raízes do restauracionismo são as dificuldades econômicas pelas quais a Rússia, que era um país atrasado, passava. A somatória de todos esses fatores - e outros, que não exploramos aqui - elevou às alturas a pressão do aparato estatal sobre o partido, aspecto central no Novo Curso.

Naquele momento histórico emergiu uma camarilha, como expressão e canal de determinados interesses de classe, os interesses de setores do campesinato, dos kulaks e da burguesia agarrada à NEP (Nova Política Econômica). Para explicar o processo de

restauração é necessário observar os elementos que compõem o fundamento político, econômico e social do fenômeno, que Trotsky percebeu em seu nascedouro. O Novo Curso é uma obra extremamente importante, que assenta as bases da luta contra o revisionismo estalinista, que dava então os seus primeiros passos, mas que, mais tarde, vai acabar se consolidando como uma força contrarrevolucionária extremamente potente, como uma gangrena que vai tomando conta do corpo, levando a uma tragédia, que foi a destruição do partido bolchevique, do Estado operário e da Internacional Comunista, minados pela traição da política estalinista. É por isso que essa obra constitui um arsenal importante para superar, na atualidade, a crise de direção revolucionária. Não tem como pôr em pé o partido mundial da revolução socialista, a Quarta Internacional, sem levar em conta os elementos de análise e a luta política que foi travada por Trotsky - daí a necessidade de recuperar esse passado.

Na edição que o POR publicou do Novo Curso, em 2014, tem o prólogo da edição grega. Agora, estamos celebrando o centenário da obra; na edição grega, estava sendo celebrada a primeira década de existência do folheto. Nesse prólogo, Trotsky resalta a importância da retomada do Novo Curso por essa vanguarda do movimento operário grego, no sentido da construção programática, no sentido de pôr em pé o partido, uma seção lá na Grécia. E nós, do POR, em particular o organismo internacional ao qual estamos ligados, que é o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, temos feito uma campanha internacionalista pelo fim da guerra, inclusive com a consigna de uma paz sem os ditames do imperialismo norte-americano e de seus aliados, uma paz sem anexações. Hoje, não é possível pôr em pé o partido sem um posicionamento correto e firme quanto à guerra na Ucrânia. É preciso extrair as lições da luta contra a burocratização, assimilar essas experiências e transformá-las em programa, aplicando essas lições na compreensão da realidade em que vivemos, observando as leis de funcionamento do capitalismo, com o instrumento que é o método do marxismo.

---

***O centralismo democrático refere-se a um partido voltado para ação, um partido que dirige as massas na sua luta pela tomada do poder, pela via da insurreição, com ampla democracia interna, e unidade na ação externa. Tratava-se de salvar o partido como um instrumento de ação, como um instrumento da revolução proletária, da construção do socialismo. Este é o sentido específico mais importante que se pode extrair do Novo Curso.***

---

Percebe-se no Novo Curso uma compreensão, em seu nascedouro, da questão da burocratização e, mais do que isso, destaca-se a aplicação da concepção leninista de partido. Quem lê o Novo Curso pode ver Trotsky aplicando essa concepção. As medidas que ele propõe estão de acordo com a necessidade de defender o partido contrapondo-se ao seu processo de degeneração. Lênin assistiu e reagiu apenas ao começo desse processo, faleceu logo na sequência. Foi Trotsky quem fez um acompanhamento muito preciso de todo esse processo. Talvez seja essa a maior contribuição do Trotsky. E aí se destaca o papel do centralismo democrático. Quando ele avalia o problema das frações, o problema da juventude etc., está de olho, na verdade, no funcionamento centralista democrático do partido. Ele percebe que o partido está se degenerando, e empreende uma luta para impedir que esse processo vingue. O centralismo democrático refere-se a um partido voltado para ação, um partido que dirige as massas na sua luta pela tomada do poder, pela via da insurreição, com ampla democracia interna, e unidade na ação externa. Tratava-se de salvar o partido como um instrumento de ação, como um instrumento da revolução proletária, da construção do socialismo. Este é o sentido específico mais importante que se pode extrair do Novo Curso.

## Segunda intervenção:

Na primeira exposição, tratei mais da questão do centenário do Novo Curso, partindo da importância da obra na atual conjuntura. Agora, eu quero abordar o seu conteúdo, e não tem como fazer isso sem situá-la em seu contexto. Lênin dedicou seu último período de vida a combater esse processo de degeneração, junto a Trotsky. O próprio Trotsky comentou bastante sobre esse momento de colaboração com Lênin, identificando ali certos elementos da futura vitória dos epígonos, sendo suficiente retomar a questão desde o debate econômico que se dá na virada de 1919-1920.

Nesse período, Trotsky está envolvido diretamente no trabalho de reconstrução do país, e ele apresenta uma proposta que, na essência, implicava em renunciar ao comunismo de guerra. Não se tratava ainda da formulação da NEP, que será instituída mais tarde, mas, na essência, já apontava para o mesmo caminho, por exemplo, com a ideia de substituir as requisições forçadas por um tipo de imposto em espécie. Tem uma série de medidas nesse sentido que o Trotsky propõe, e que são colocadas em debate no partido. E Trotsky é derrotado, inclusive, em discordância com Lênin. A camarilha estalinista futuramente vai recuperar essa divergência, entre outras, para criar o mito de uma oposição irreconciliável entre Trotsky e Lênin. Logo na sequência emerge a polêmica sobre os sindicatos, quando Trotsky e Lênin vão divergir. Trotsky estava errado - futuramente ele faz autocrítica, Lênin tinha toda a razão no debate sobre a questão dos sindicatos. Trotsky partia de considerações puramente econômicas, enquanto Lênin observava as questões econômicas, mas não somente, ele levava em consideração a relação entre as classes etc. Aí vêm os debates de preparação para o 10o Congresso do Partido, que vai se realizar em março de 1921. É nesse Congresso que Stálin é eleito secretário-geral do partido, cargo que a princípio tinha uma função meramente administrativa - até por que ninguém duvidava da ascendência política exercida por Lênin. Naquela conjuntura, explodem as rebeliões de Kronstadt e de Tambov. Em maio de 1922, Lênin sofre o seu primeiro derrame - um baque para todos os revolucionários. Ele fica alguns meses fora de combate, só retoma de fato o trabalho em meados de outubro. O tempo entre o primeiro e o segundo derrame é muito importante, justamente quando se aprofunda a burocratização do partido. Lênin procura Trotsky, e acabam conformando um bloco de luta contra a burocratização do Estado, e mais especificamente contra a chamada Comissão Organizadora do CC, que Trotsky identifica como o núcleo do aparelho estalinista. Estava se consolidando a "troika" - Stálin-Zinoviev-Kamenev. Para se ter uma ideia, o núcleo dirigente mais importante, o "poliburo", tinha 6 membros - logo se percebe, então, o peso que tinha essa aliança (a "troika").

É no começo de janeiro de 1923 que Lênin redige o seu importante "Testamento". Não tem como falar do Novo Curso sem fazer uma referência ao "Testamento", que são seus últimos escritos, onde Lênin faz uma caracterização de cada um dos membros da direção, com destaque para a crítica mordaz a Stálin, recomendando que ele não fosse reconduzido ao cargo. Nesse ínterim, explode a questão da Geórgia, que opôs duramente Lênin à camarilha es-

talina, e aproximou Lênin de Trotsky. É um momento decisivo, pois em março de 1923 ocorre a derrota da revolução na Alemanha. Um mês depois se realiza o 12o Congresso do Partido Bolchevique. Nele, os choques já se dão de forma bastante violenta dentro do partido. Kamenev faz um adendo à Resolução escrita por Trotsky, sobre a questão econômica, adendo que vai dar origem à farsa de que Trotsky "subestimava os camponeses" - farsa completamente desfeita a partir da apresentação de muitas evidências por Trotsky.

Na mesma época, aproximadamente, é que Lênin sofre um novo derrame, Trotsky também fica enfermo. Em 8 de outubro, vem a "Carta aos membros do CC da Comissão Central de Controle", carta muito importante para entender o Novo Curso, o objeto central do nosso debate - o qual é composto, na verdade, de um conjunto de artigos, agrupados em torno a esse título. Esse é, em linhas gerais, o processo que leva à escrita do Novo Curso. Logo após, em janeiro de 1924, ocorre a morte de Lênin.

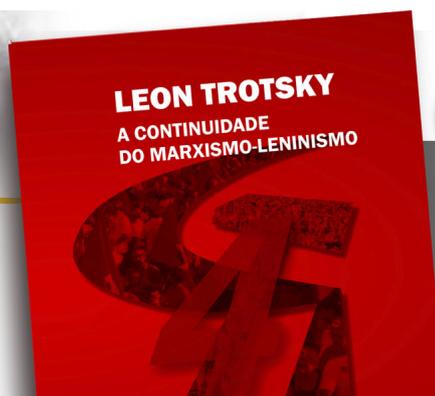
Na segunda metade desse ano, Trotsky escreve as Lições de Outubro; o 15o Congresso ocorre em dezembro de 1927 - com a expulsão dos trotskistas; depois, vem todo o processo de liquidação da oposição de esquerda russa e internacional, a perseguição a Trotsky etc. - uma sequência de fatos que já escapa ao foco da nossa discussão.

Termino a minha apresentação exprimindo os pontos que eu considero essenciais no Novo Curso: 1) nele, vemos Trotsky diante de um enfrentamento duro a problemas monumentais, que emergiram do próprio processo revolucionário, em função das transformações econômicas, sociais e políticas; Trotsky se apoia invariavelmente nos recursos da vida real; 2) a visão política mais ampla - que sustenta as propostas concretas apresentadas por Trotsky no Novo Curso - é impressionante, pois parte de alguém que estava completamente absorvido por tarefas práticas sensíveis, estratégicas, de enorme importância; 3) Trotsky se defende e ao mesmo tempo ataca, no Novo Curso, as falsificações e as falácias de que a burocracia do partido já começava a se valer, para se opor às medidas corretas que Trotsky estava propondo, que seriam medidas corretivas, mas que denunciavam o desvio burocrático do partido; 4) destaco também nessa obra o papel que Trotsky destina à juventude, setor que devia ser tratado como um germe, uma semente da renovação do impulso revolucionário, e que o partido devia incorporar com todo o zelo; 5) o Novo Curso é importante para compreender e superar as manifestações do burocratismo, explicando as suas raízes econômico-sociais; e superar esse desvio era, por sua vez, condição para o desenvolvimento da indústria - como se vê, eram medidas políticas voltadas a interferir em uma situação prático-concreta, ligadas à construção do socialismo; 6) por último, Trotsky coloca em relevo o objetivo maior de suas propostas, indicando a necessidade de desenvolver a indústria, como uma forma de fortalecer o peso da classe operária na sociedade, no partido, e dentro da própria direção. Em outras palavras, o fortalecimento da classe operária é apresentado no Novo Curso como elemento propulsor das transformações revolucionárias, superando os entraves que a burocracia soviética empunha. Esses são os pontos que eu considero essenciais do Novo Curso.

**Publicado o livro:**

## LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato".



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR

Participação do POR na TV Comuna, no dia 4 de abril, para discutir o tema:

## **“Marchamos para a 3ª guerra mundial?”**

*Abaixo publicamos o roteiro da exposição*

A todos é evidente o agravamento da crise mundial. Na discussão acerca dela, consideramos importante partir das seguintes questões:

1. Ao contrário das expectativas de centristas, reformistas e nacionalistas, o que o agravamento e extensão da crise demonstra é o completo esgotamento do capitalismo. (evidenciado pela crise iniciada nos anos 70, com picos posteriores em diversos países e de modo mais generalizado em 2008, 2009 e que agora se agrava).

2. Confirma a tese de Lênin de que a época do imperialismo, além de caracterizar-se por ser de guerras, revoluções e contrarrevoluções, É UMA ÉPOCA EM QUE AS FORÇAS PRODUTIVAS NÃO PODEM MAIS CRESCER.

3. Que a única saída progressista possível é a REVOLUÇÃO PROLETÁRIA e o estabelecimento de uma única república socialista mundial.

4. Que essa revolução, no entanto, depende de o proletariado superar A CRISE DE DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA, quer dizer, RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL.

A discussão sobre a crise mundial, sobre as possibilidades de uma terceira guerra mundial etc. estão determinadas pelo enfrentamento destas questões.

I. A crise capitalista é crise de superprodução. Esta situação foi recolocada novamente desde a década de 70, após os 30 anos de crescimento posterior ao fim da segunda guerra mundial. Pois, após a reconstrução de tudo que foi destruído pela guerra, voltou a estourar uma crise, contrariando as expectativas reformistas ou de estabilização das “democracias”, mesmo contando com a colaboração do bloco soviético que manteve a política de coexistência pacífica em geral ou mediante os partidos estalinistas e seus braços nas burocracias sindicais.

A debacle da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 e a dissolução das “repúblicas populares” permitiu ao imperialismo avançar sobre grandes territórios e apossar-se de fontes de matérias primas e expandir sua influência. A restauração capitalista no Leste Europeu e na URSS foi um alento para o imperialismo, mas, não foi suficiente. Em 2008, estourou uma grande crise com epicentro na potência hegemônica, nos Estados Unidos, estendendo-se para o resto do planeta. Esta crise foi enfrentada com a injeção de milhões de dólares e euros para salvar o sistema financeiro.

Mas, não foi suficiente, por se tratar de medidas parasitárias. A decadência do imperialismo se confronta hoje com a ascensão da China, que ameaça a hegemonia econômica e geopolítica dos Estados Unidos, e contra a qual se direciona toda a guerra comercial, que se trava já há alguns anos. A partilha do mundo, pós-segunda guerra, se esgotou. É necessária uma nova partilha.

A própria guerra na Ucrânia é uma preparação para uma escalada maior contra a China. Em síntese, coloca-se a perspectiva de uma monumental destruição de forças produtivas em face da impossibilidade do capitalismo superar a crise de superprodução. Por isso, se amplia a OTAN e se estruturam alianças no Pacífico Norte e no Oriente para cercar militarmente a China. Tudo isso indica O ESGOTAMENTO DEFINITIVO DO CAPITALISMO. Somente sobrevive, se destruir maciçamente forças produtivas

II. A imensa capacidade alcançada de produzir riquezas para atender à humanidade está bloqueada pela grande propriedade privada imperialista que, na impossibilidade de continuar ampliando a produção – pois agravaria a crise – provoca a hipertrofia do capital

parasitário que entope os poros da economia mundial, expressando o bloqueio ao crescimento das forças produtivas e condenando milhões de trabalhadores à fome, desemprego, precarização do trabalho, migrações forçadas, redução dos seus direitos e guerras.

III. Nesse quadro, mais do que nunca a disjuntiva entre “revolução ou barbárie” se torna particularmente aguda, pois, três quartos da humanidade JÁ VIVEM NA BARBARIE CAPITALISTA. Ocorre que o proletariado mundial JÁ experimentou a possibilidade da transição do capitalismo ao comunismo, quando os bolcheviques tomaram o poder e criaram o primeiro Estado operário. O fato de ter circunstancialmente regredido, não muda a compreensão de que desde 1917 se iniciou a época das revoluções proletárias. Todas as outras experiências fracassaram. Desde o Estado de bem-estar socialdemocrata às experiências de reformas, mantendo a grande propriedade privada capitalista como foi a experiência fracassada de Allende no Chile, por exemplo. A sucessão de governos democráticos-populares, nacionalistas, do socialismo do século XXI etc. – só para ficarmos na América Latina – se demonstraram impotentes para enfrentar a crise capitalista e as pressões do imperialismo, que se sobrepõem a todos. Por isso, a conclusão só pode ser que a única saída progressista é a REVOLUÇÃO PROLETÁRIA [expropriação da grande propriedade privada capitalista e o estabelecimento do Estado operário] e o estabelecimento de uma República Mundial Socialista.

IV. Essa revolução, no entanto, não ocorrerá espontaneamente. As massas lutam desesperadamente por toda parte. Às vezes conseguem até derrubar governos (como no Egito), mas, na ausência de uma direção revolucionária, não conseguem dar o salto de expropriar a grande propriedade privada capitalista e estruturar um Estado operário, um regime de ditadura do proletariado.

As direções tradicionais do proletariado, há muito, traíram os seus interesses históricos. Tendo a socialdemocracia se transformado em um partido imperialista; o estalinismo acumulado uma coleção de traições ao longo da história que passa pela Espanha, Alemanha, China, e renunciado explicitamente à revolução proletária em nome da coexistência pacífica com o imperialismo e a preservação do “socialismo num só país”, afetando o curso da revolução nos países atrasados e semicolônias como o Brasil, por exemplo. Diversas correntes desprezadas da IV Internacional também têm enveredado pela trilha do reformismo, anteriormente ocupada pelo estalinismo. E todos os nacionalismos, do tipo peronismo, MNR, APRA ou o Chavismo foram impotentes para enfrentar o imperialismo e promover o desenvolvimento das forças produtivas. O mesmo se verifica em outras partes do mundo, como o panarabismo do Nasser, por exemplo.

E toda a heroicidade das massas, toda sua revolta e todas suas experiências sozinhas não podem superar o quadro da opressão capitalista. Para que as massas encarnem o objetivo de liquidar o capitalismo, expropriando a grande propriedade privada e impondo a sua ditadura de classe, é necessário a existência e inserção do partido revolucionário, do partido que tenha como estratégia a revolução proletária e a construção do comunismo no mundo inteiro. É a essa tarefa que o POR e o CERQUI se dedicam cotidianamente. É para construir esse partido mundial da revolução socialista que convocamos os trabalhadores e a juventude a se somarem a nós. Fora dessa saída revolucionária, a história está demonstrando que o destino das massas trabalhadoras é continuar sobrevivendo em meio à barbárie capitalista.

É isto que nos mostra o agravamento da crise mundial que estamos vivendo.

# Alastra-se a quebra de bancos norte-americanos

A escalada militar dos Estados Unidos contra Rússia e China se aprofunda e, paralelamente, está ocorrendo uma explosão financeira. Ambos fenômenos têm a mesma base: a acelerada decomposição capitalista.

## De novo, no coração do imperialismo

Trata-se da maior bancarrota norte-americana desde a crise financeira mundial de 2008. Os Estados Unidos produziram outro tsunami que se alastrou rapidamente, provocando pânico na Europa. As ondas maiores afogaram o poderoso banco suíço Credit Suisse.

Em 13 de março, Biden pediu tranquilidade aos correntistas e investidores enfatizando que “o mundo político fará tudo que estiver ao seu alcance para preservar o sistema financeiro”. De novo, a mão do Estado para salvar os bancos.

O J P Morgan calcula a probabilidade de os bancos norte-americanos “mais vulneráveis” terem perdido um total de 1 bilhão de dólares em depósitos desde o ano passado, e que a metade das retiradas ocorreu em março, após o colapso do Silicon Valley Bank (SVB).

O fechamento do SVB e do Signature Bank representam a segunda e terceira quebras mais importantes na história bancária norte-americana.

## A expansão do problema

O endividamento ilimitado começa a explodir com o forte incremento das taxas de juros e a ameaça de submergir o mundo numa crise de grande magnitude.

Os bancos regionais e pequenos dos EUA perderam depósitos e sofreram grandes prejuízos no valor de suas ações. Seus depósitos se direcionaram para os seis grandes bancos norte-americanos considerados “sistemicamente importantes” pelo seu tamanho e interrelação, provocando maior concentração, uma situação que se contrapõe à lei de reforma de 2008, após a crise, que tentava evitar a concentração.

Mas, esses seis bancos são os principais possuidores da enorme dívida com derivativos que, fora de qualquer controle oficial, constituem hoje a principal ameaça ao sistema financeiro internacional. Os bancos mais importantes tentaram interromper a corrida bancária fazendo um empréstimo de 30 bilhões de dólares ao First Republic Bank.

A intervenção pública das autoridades dos EUA e UE não foi suficiente para tranquilizar os mercados. As ondas negativas se expandiram rapidamente, em primeiro lugar na Europa.

## As causas da queda

A crise das empresas tecnológicas afetou o Silicon Valley Bank (SVB). Este financiou projetos que não foram sustentáveis. O dinheiro “barato” que permitiu inflacionar negócios como o das criptomoedas foi o primeiro a colapsar no ano passado.

As empresas tecnológicas foram seriamente afetadas pela diminuição significativa de seus lucros, forçando-as a tomar mais empréstimos devido à dificuldade de pagar o que haviam tomado. Os impactos das novas taxas de juros encareceram dramaticamente o custo desses empréstimos.

O Silicon Valley, com sede central em Santa Clara, Califórnia, foi fundado em 1983 e teve um grande desenvolvimento nos últimos anos, beneficiando-se com o auge do setor da tecnologia digital. Os depósitos cresceram mais de três vezes durante a pandemia.

O banco duplicou a quantidade de empregados na central e nas filiais.

Com 29 filiais nacionais, o SVB prestava serviços a quase metade das empresas norte-americanas de tecnologia. Expandiu-se para vários países europeus, como Alemanha, Dinamarca, Irlanda, Suécia e Reino Unido. Também se instalou no Canadá, China, Índia e Israel, ocupando até a semana passada o 16º lugar entre os bancos norte-americanos mais sólidos.

Em 8 de março, o Silicon Valley Bank anunciou a venda forçada de títulos pelo valor de US\$ 21 bilhões, o que implicou perdas de US\$ 1,8 bilhões e uma forte queda de suas ações em Wall Street.

A maior parte dos seus ativos, quase 129 bilhões de dólares eram bônus do Tesouro norte-americano, o ativo financeiro que se considera mais seguro. A debacle desse banco foi detonada pela política do Banco Central (FED) de aumentar a taxa de juros de próximas a zero, durante longo tempo, para perto de 5% somente em um ano, para tentar conter a inflação. O valor desses bônus ruiu da noite para o dia.

O capital do SVB já tinha se desvalorizado enormemente. O informe anual do SVB mostrava em seu balanço contábil 15 bilhões de dólares de perdas “não realizadas” em bônus do tesouro, e todo seu capital consistia em 16 bilhões de dólares. “Não realizadas”, quer dizer que foram produzidas contabilmente (artificialmente) ao valorizar os bônus ao preço de mercado.

Ao conhecer estas dificuldades, seus clientes utilizaram seus celulares e computadores para retirar em um único dia 42 bilhões de dólares depositados. A velocidade das operações agudizou os problemas de iliquidez e levou o banco ao desastre. Em 9 de março, suas ações despencaram 60% e arrastaram outras operações bancárias, pois os investidores viram no horizonte sinais semelhantes aos do crack mundial de 15 anos atrás. Em 10 de março, a cotação das ações do SVB foi paralisada. Caiu, então, a guilhotina.

A situação financeira do SVB, que quebrou, é semelhante à de bancos, corporações e instituições internacionais que compraram letras do tesouro nos últimos anos. Estão sentados sobre um capital desvalorizado.

Explodiu um fenômeno que há tempos denunciávamos, o crescimento do endividamento ilimitado dos Estados, as empresas e as famílias como produto das políticas aplicadas pelo Banco Central (FED) dos Estados Unidos desde a crise financeira de 2008, que volta a colocar em risco o conjunto do sistema financeiro. Aquela crise nunca foi superada.

A Comissão Federal de Seguros dos Depósitos (FDIC) dos EUA estima que as “perdas não realizadas” de todo o sistema bancário alcancem hoje 650 bilhões de dólares. Isto quer dizer que, se os bônus em poder dos bancos se contabilizassem de acordo com o seu valor de mercado, deveriam refletir esse tamanho de perdas e quebrariam o sistema.

As condições estruturais já estavam dadas para uma grande crise: as empresas começaram a retirar seus depósitos bancários para não afundar, mas como os bancos haviam ficado com pouco dinheiro, devido ao seu desastrado investimento em bônus de rendimento quase nulo, explodiu o pânico.

## Por que se potencia o parasitismo, a especulação com derivativos, os investimentos de risco

O parasitismo financeiro se agiganta. Bilhões de dólares não encontram como ser aplicados na produção e buscam toda forma para especular, para conseguir melhores rendimentos e escapar à

queda da taxa de lucros. Criam-se, então, as bolhas que cedo ou tarde estouram.

O capital financeiro predomina, impõe as condições, os governos não têm como regulá-los, controlá-los ou limitar sua ação. Suas crises permanentes agravam a decomposição capitalista. As quebras e salvamentos absorvem recursos extraordinários dos Estados, recursos que são negados a setores que precisam. Faz décadas que se alerta sobre este perigo, mas, a tendência predadora se impõe. Em 2010, após a crise de 2008, aprovou-se a Lei Dodd-Frank, que estabelecia maiores controles para evitar que se produzissem crises financeiras de grandes proporções, mas falhou.

Os “mercados” reagiram com irritação a partir da bancarrota da instituição californiana. “Como passaram despercebidos os sinais de alarme para acionistas e reguladores?”. Outra vez, os bancos que colocam em crise o sistema foram resgatados dos seus “erros”, que lhes haviam permitido acumular enormes riquezas. Repetem-se as promessas de leis para que as quebras não voltem a acontecer.

A fuga dos clientes dos bancos pequenos e médios leva à superconcentração nos bancos maiores, que abrigam maiores riscos, mas que “são demasiado grandes para cair”. Esses bancos também têm bônus desvalorizados, investimentos ocultos nos derivativos e empréstimos de duvidoso retorno. (Denominam-se “derivativos” os contratos a futuro sobre diversas mercadorias).

## O salvamento apressado

O Fundo para Seguro dos Depósitos assegura os depósitos de até 250 mil dólares no sistema bancário norte-americano e tem para isso 128 bilhões de dólares. Seus recursos não alcançavam para cobrir as perdas não realizadas e conhecidas do sistema bancário.

Essa garantia foi substituída por uma garantia total dos depósitos. Se não o fizessem, centenas de empresas, clientes do banco, teriam corrido o risco de não poder pagar salários e contas devido à quebra do banco. Com essa medida, as autoridades norte-americanas tentaram evitar um maior enfraquecimento desse setor chave de sua economia. Tentaram evitar que “as empresas tecnológicas ficassem sem liquidez e tivessem problemas”. Sobretudo, tendo em conta que tanto as empresas emergentes quanto as grandes multinacionais vinculadas à tecnologia digital levam um longo período com tendência de baixa, com demissões massivas de pessoal.

As autoridades monetárias fecharam outro banco, Signature Bank (SB), cujos depósitos caíam bruscamente. O Banco Central (FED) anunciou que oferecerá empréstimos de até um ano de duração a bancos, sociedade de poupança e outras instituições que têm bônus do Tesouro norte-americano ou outro tipo de ativos financeiros que, “valorizados igualmente”, poderão servir como

garantia do empréstimo. Assim, tenta-se estabilizar o mercado de bônus, incentivando a bancos e outras instituições financeiras a mantê-los em vez de vendê-los, para garantir artificialmente os preços destes bônus e limitar sua desvalorização.

Dessa forma, quinze anos depois da crise financeira internacional de 2008, o perigo da dívida com os derivativos assoma à superfície e a perda do valor dos bônus do Tesouro norte-americano ameaça diretamente o poderio do dólar como moeda internacional de reserva. As medidas de salvamento têm um custo extraordinário.

O Banco Central da Suíça facilitou 54 bilhões de dólares para salvar o Credit Suisse. Um banco estreitamente interrelacionado com os seis maiores bancos norte-americanos, e que tem uma importante dívida com derivativos.

Os principais jornais suíços assinalaram a queda histórica do Credit Suisse. Vozes críticas indicam que, uma vez mais, o dinheiro dos contribuintes é usado para salvar uma grande empresa privada. Já em outubro de 2008, o Estado suíço proporcionou 60 bilhões de francos à União de Bancos Suíços (UBS), seu principal banco, que naquele momento se encontrava à borda do precipício. A crise do UBS se devia ao alto risco nos investimentos que havia promovido no mercado norte-americano, que estourou com a crise dos créditos hipotecários. Agora, a UBS comprou o Credit Suisse.

A comoção continuou na Europa duas semanas depois com a queda do preço das ações de grandes bancos como o austríaco Raiffeisen Bank Internacional; o Deutsche Bank, o maior da Alemanha, que despencou e leva acumulada uma perda de 20% no ano; seu rival, o Commerzbank, também caiu; como as ações dos bancos italianos Intensa e Unicredit, o norueguês Nordea; o holandês ING; o BPN Paribas e Societé Générale, ambos da França; e na Espanha o Santander, o BBVA e o Caixa Bank.

A forte queda do Deutsche Bank disparou quando se encareceu o custo do seguro que cobre sua dívida, indicando uma probabilidade de calote de 27,4% nos próximos cinco anos.

Os discursos dos presidentes, das autoridades econômicas e financeiras não podem acalmar os mercados.

Esta crise se estenderá a todos os países. É inevitável sua repetição que afeta o conjunto da economia. O sistema financeiro deve ser estatizado sob controle coletivo dos trabalhadores. Todos os recursos devem ser colocados na produção como parte de um planejamento centralizado da economia. O parasitismo financeiro é inerente a esta etapa de decomposição e desintegração do capitalismo e só se poderá acabar com a sua dominação por meio da revolução social. A classe operária é a única que pode levar esta luta até o final, dirigindo todos os oprimidos.

*(Extraído do Jornal Massas 432, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*

**R\$5**

**Lei do desenvolvimento desigual e combinado**

Apontamentos sobre a Lei do Desenvolvimento Combinado, Guillermo Lora

Extratos de Trotsky, Lênin, Rosa Luxemburgo, Engels e Marx

**Adquira com o distribuidor do Massas:**

**POR** **4 MASSAS**

**Adquira com o distribuidor de Massas:**

**R\$35**

**SOCIALISMO OU BARBARIE**

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

**SOCIALISMO OU BARBARIE**

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR) distribuído no ato de 6 de abril, em frente à Aliança Francesa

## **Trabalhadores franceses mostram o caminho da luta, enfrentar o capitalismo em decomposição**

*Viva as greves e manifestações dos explorados no mundo todo!*

06 de abril de 2023

As manifestações massivas e radicalizadas, as greves e os bloqueios na França, contra a odiada contrarreforma previdenciária, já duram mais de dois meses, ganhando apoio dos trabalhadores em diversas partes do mundo.

O presidente da França, Emmanuel Macron, teve de recorrer ao Artigo 49-3 da Constituição para impor à força a contrarreforma. Ao não conseguir apoio suficiente no parlamento, evidenciou sua fraqueza política diante da crise que abala a França e a Europa.

O movimento que há dois meses contesta o aumento da idade e do tempo de contribuição para se aposentar é parte das mobilizações em vários países europeus, que se defrontam com a alta do custo de vida, os baixos salários e a degradação geral das condições de existência das massas trabalhadoras.

Está sendo fundamental para as mobilizações, o movimento grevista que parou refinarias, afetando o abastecimento de combustíveis em todo país, a greve dos lixeiros, greves na educação e greves em outros setores. De conjunto, o movimento grevista tem colocado Macron e a burguesia francesa em xeque.

O capitalismo se decompõe a olhos vistos e suas manifestações principais são: a crise econômica de 2008, iniciada nos EUA, que ainda não foi superada; a guerra comercial promovida pelos EUA; a longa Pandemia, que matou milhões e derrubou ainda mais a economia mundial; e a guerra na Ucrânia, que tem golpeado os explorados pela elevação da inflação e contenção dos salários.

As sanções econômico-financeiras à Rússia vêm afetando amplamente a Europa e o mundo. Os Estados Unidos não deixaram de ser atingidos, mas comodamente são os principais responsáveis pelo prolongamento da guerra, que adentrou ao segundo ano. A burguesia e os governos europeus, que conformaram a aliança em torno ao imperialismo norte-americano e ao seu braço armado na Europa, a OTAN, assumiram não apenas os perigos de a conflagração ultrapassar os marcos da Ucrânia, mas também a responsabilidade de descarregar todo o peso da decomposição econômica sobre a maioria da população.

Hoje, mais do que no início da guerra, em 24 de fevereiro de 2022, se tornou mais visível e patente que em sua base se encontram o esgotamento da ordem mundial edificada após a Segunda Guerra. A formação do bloco que constituiu a União Europeia não teve como - e nem podia - alcançar independência diante da esmagadora hegemonia norte-americana, que emergiu da Segunda Guerra Mundial. A ruptura causada pelo Reino Unido, com o Brexit, indicou o declínio e o rápido esgotamento da estratégia política que levou à montagem da União Europeia. Um dos sinais mais significativos de que esse caminho, desde sempre, esteve subordinado, em última instância, aos ditames dos Estados Unidos foi a manutenção da OTAN, que, sob as novas condições de desintegração do capitalismo, revelou a sua principal face, que é a de servir à hegemonia norte-americana, que passaria a tornar mais poderosa a potênciação da guerra comercial e, inevitavelmente, a sua transformação em escalada militar.

Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre a guerra, o levante das massas na França e as manifestações que ocorreram recentemente na Inglaterra, Bélgica, Alemanha e República Checa. Trata-se, porém, de reconhecer os vínculos da decomposição do capitalismo com a guerra e a escalada militar e suas consequências sociais. Macron se dispôs a aplicar uma medida autoritária para impor a sua contrarreforma e a correr o risco de desmonte de seu governo, que foi submetido à "moção de desconfiança", tanto pela esquerda quanto pela direita, em função

de duras exigências da burguesia europeia e norte-americana. Em todos os casos de mobilização dos explorados, os governos europeus se guiam pelos reflexos da guerra e das medidas de retaliação econômico-financeira contra a Rússia. Não se permitem vitórias que se contraponham aos esforços de guerra para derrotar a Rússia e abrir caminho a uma livre penetração dos capitais na rica região euroasiática, que até o final de 1991 era controlada pela URSS.

Na França, a repressão tem sido brutal. Macron e a burguesia francesa seguem intransigentes, mas o movimento avança ganhando mais setores grevistas, mobilizações massivas e formação de comitês de luta em diversas regiões. A luta na França atrai a atenção do mundo todo e desperta os explorados para assimilar suas lições e aplicá-las nas diferentes condições dos seus países, já que a burguesia mundial está unida na tarefa de despejar a crise capitalista sob as costas dos explorados.

As maiores centrais sindicais, mesmo burocratizadas, tiveram de se unificar neste movimento, mas em alguns casos já se colocam como possível mediador dos conflitos, propondo soluções intermediárias ao governo. Querem levar a luta para o terreno que estão acostumados, as negociações em torno ao parlamento e governo. As massas devem estar atentas aos desvios. Só pela luta de classes, pelos métodos da ação direta coletiva, é que podemos ter vitórias efetivas, e dar passos na reorganização revolucionária do proletariado.

A crise de direção é profunda, o que explica o fato de não se ter estabelecido no seio da classe operária e dos demais oprimidos o vínculo da guerra de dominação, na Ucrânia, com a responsabilidade dos governos, que seguem os interesses da burguesia imperialista. E aplicam todo tipo de medida reacionária para manter os lucros dessa minoria.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participa desta manifestação frentista em apoio à luta das massas francesas, contra a violência reacionária do Estado e pela vitória da mobilização. Nossa tarefa é também lembrar que o ataque aos direitos dos trabalhadores, que vemos hoje na França, tem se repetido em todas as partes, inclusive aqui no Brasil com as contrarreformas trabalhista e previdenciária dos governos Temer e Bolsonaro.

O governo Lula já manifestou claramente que não vai revogar as malditas reformas, mostrando que desse ponto de vista é continuidade do governo anterior. Sendo assim, o POR defende que as organizações aqui presentes mantenham a frente para responder aos ataques que vêm sofrendo a classe operária no Brasil e à política antioperária do governo Lula/Alckmin. O POR chama os presentes neste Ato a constituírem uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla oligárquica.

*Viva a luta dos trabalhadores franceses!*

**Organizar um movimento no Brasil por um programa próprio da classe operária e dos demais explorados!**

Chamamos as organizações aqui presentes a se colocarem por uma campanha junto às centrais, sindicatos e movimentos camponês e popular para que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios em defesa dos empregos, salários e direitos! E para que levantemos bem alto a bandeira de fim da guerra na Ucrânia! Por esse caminho, os explorados em luta impulsionarão a constituição de uma frente única anti-imperialista.

## As massas francesas em luta carecem de uma direção revolucionária

Diante de um dos maiores levantes dos explorados na Europa nos últimos anos, cabe aos revolucionários de todo o mundo se empenhar por compreender suas determinações e suas raízes, além de compreender as respostas políticas que estão sendo dadas pelas diferentes organizações dos trabalhadores. Trazemos aqui algumas posições políticas levadas a cabo por organizações sindicais e partidos franceses de esquerda. Isso pode ser útil para entender como a crise de direção do proletariado se manifesta mundialmente, sendo a tarefa principal da classe operária superar essa crise.

O capitalismo segue sua marcha de decomposição, suas principais manifestações são, a permanência da crise desencadeada em 2008, no centro do capital financeiro, os EUA, a queda econômica na maioria dos países, inclusive nos imperialistas, os efeitos da Pandemia e a Guerra na Ucrânia, que tem derrubado ainda mais a economia mundial, principalmente a europeia. Esses efeitos são sentidos de maneira diferente em cada país, o que tem obrigado os governos burgueses de distintas cores a aplicarem medidas de ajuste fiscal. Na França, Macron, um típico governo burguês liberal, modificou por decreto as regras de aposentadoria, o que despertou os movimentos insurrecionais nas ruas francesas.

O governo está propondo uma reforma da previdência, que visa substituir o atual sistema de aposentadoria por um sistema universal de pontos. A reforma propõe um aumento da idade mínima de aposentadoria para 64 anos, aumento do tempo de contribuição para receber a aposentadoria integral, além de um complexo sistema de pontos que amplia a desigualdade entre os trabalhadores. Segundo o governo, essa reforma é necessária para simplificar o sistema, torná-lo mais “justo” e “garantir sua sustentabilidade financeira a longo prazo”. É, na verdade, uma tentativa de retirar direitos dos trabalhadores e privatizar o sistema de previdência. A reforma resultará em uma redução significativa dos benefícios de aposentadoria para a maioria dos explorados, especialmente para aqueles que começam a trabalhar jovens e têm carreiras instáveis.

As principais centrais sindicais francesas são: a Confédération Générale du Travail/Confederação Geral do Trabalho (CGT), que é o maior sindicato da França, com cerca de 700.000 membros; a Confédération Française Démocratique du Travail/Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), uma central conhecida pela conciliação mais aberta com os governos e patrões; e o Force Ouvrière/Força Operária (FO), uma cisão antiga da CGT.

Todas elas estão apoiando as manifestações contra a reforma da previdência. No entanto, se centram na retirada da proposta para abrir “um amplo diálogo democrático com a sociedade”, o que abre uma enorme margem para o governo manobrar contra as mobilizações. O tal “amplo diálogo” é um embuste que visa desviar a luta das massas para as disputas e medidas por dentro do parlamento burguês. A CGT se propõe ser uma “mediadora” entre as massas e o governo; a CFDT tem como campanha principal um abaixo assinado, uma petição contra a reforma. Já a FO, que possui amplitude muito menor, afirma que os trabalhadores não devem “ceder ao canto da sereia”, até que o governo retire totalmente o projeto. Em uma resolução do Comitê Central Nacional (CCN) do sindicato, de 29 de março, se diz: “O CCN reafirmou a determinação da FO em lutar contra as políticas governamentais e patronais que visam enfraquecer os direitos e proteções dos trabalhadores, em particular contra a reforma da previdência. O CCN expressou seu apoio às mobilizações em andamento em todo o país e pediu a continuidade da luta.” E “destacou a necessidade de um aumento salarial significativo e urgente para todos os trabalhadores, bem como a necessidade de proteção social e de medidas eficazes de saúde e segurança no trabalho.”

Uma das maiores forças da mobilização geral na França é a greve nas principais refinarias, o que tem levado à falta de combustíveis nos postos de gasolina, bem como a paralisação dos trabalhadores da coleta de lixo, que deixou as ruas de Paris tomadas pela sujeira nos últimos dias. Isso mostra a força da CGT na França: os trabalhadores das 5 maiores refinarias e da coleta de lixo são todos representados por essa central sindical.

O Partido Comunista da França (PCF) está em apoio às greves e manifestações, mas expressa sua capitulação ao incitar nas redes de TV e internet, vestidos com uma faixa com as cores da França, que “as manifestações sejam pacíficas”, e que o presidente Macron está “destruindo a república”, e outras consignas do gênero. Diante da situação convulsiva, com as massas nas ruas, se utilizando dos métodos próprios da classe operária, as greves, bloqueios, etc., a preocupação com a república, e as honrarias ao nacionalismo, com as cores da França etc, mostram que o PCF não está à altura das necessidades das massas exploradas francesas, mas sim em busca de uma projeção para as próximas eleições.

Entre os partidos que se reivindicam do trotskismo, destacamos o Nouveau Parti Anticapitaliste/Novo Partido Anticapitalista (NPA), fundado em 2009 como resultado da fusão de várias organizações políticas de esquerda, que se definem como “anticapitalista, antirracista e feminista”; o Lutte Ouvrière/Luta Operária (LO), fundado em 1968; e o Parti Communiste Internationaliste/Partido Comunista Internacionalista (PCI), cujas raízes se encontram no PCI de Lambert.

A posição do NPA é a mais adaptada ao identitarismo e às lutas particulares contra as opressões. Defende “uma ampla aliança dos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e todas as pessoas que acreditam em um futuro melhor para nossos filhos.” e “acabar com a austeridade, defender os serviços públicos, garantir o direito à moradia, criar empregos decentes, garantir a igualdade de gênero, combater o racismo e a discriminação, e construir uma sociedade mais justa e solidária.” E diz que isso será conquistado através de um “socialismo democrático”. Possuem ligações com o jornal “Révolution Permanente”, representante do Esquerda Diário (MRT), na França. O LO, em seus últimos editoriais, faz uma longa defesa das mobilizações e das greves principalmente. Critica os Black Blocs e o fogo no lixo nas ruas, dizendo que mais radical que isso é não retirar o lixo e apoiar a greve. O que chama a atenção em seus dois últimos editoriais é não encontrarmos uma só palavra sobre aproveitar esse movimento tão amplo e radical para fortalecer as organizações dos trabalhadores para superar o capitalismo. Não se encontra uma só palavra sobre a necessidade da organização revolucionária, criação de comitês de luta, expropriação dos meios de produção etc. Seguem, pelo contrário, uma linha bastante economicista, se limitando às reivindicações por emprego e salário. “A batalha não é fácil porque a burguesia, mesmo muito rica, está determinada a não ceder nada. Apesar dos lucros e dividendos recordes, ela está sempre pronta para piorar a exploração, reduzir os salários e esmagar os direitos dos trabalhadores. [...] Com esta contestação, uma brecha foi aberta. Aproveitemos para nos reunir e expressar nossas reivindicações em cada empresa”. Já o PCI, em suas últimas notas sobre a mobilização, faz uma dura crítica às ações repressivas do Estado, por exemplo, em “eventos de sábado em Sainte-Soline, onde as autoridades mobilizaram milhares de policiais para reprimir os opositores de uma obra de retenção de água desejada pelos grandes proprietários agrícolas, deixando cerca de 200 feridos, incluindo um em coma”, critica a política das centrais sindicais que “se abstiveram de convocar greves de protesto (se contentando com ações judiciais inúteis contra requisições); elas se abstiveram de convocar a extensão do movi-

mento grevista e a solidariedade ativa com os setores em luta". E "as organizações sindicais fizeram tudo o que podiam para conter o movimento e impedir que ele se transformasse em uma verdadeira luta de classe contra o capitalismo e o Estado burguês. Agora elas se preparam para enterrar a mobilização de uma forma ou de outra: daí as demandas de reuniões com Macron e seus ministros, daí os apelos por uma 'pausa' na reforma (e não sua abolição)". Por fim, o PCI defende uma Greve Geral por tempo indeterminado, "com objetivos claros e que se estenda a outros setores e empresas, liderada por comitês de greve eleitos pelos grevistas e coordenados entre si".

Não encontramos informações sobre uma possível frente de luta entre essas e outras organizações que se reivindicam da luta de classes. Em comum, entre esses sindicatos e partidos, está o fato de não encontrarmos nenhuma referência à Guerra na Ucrânia. O que mostra uma debilidade diante da monumental campanha de desinformação imperialista, mesmo nas organizações mais à esquerda. Impera uma total ausência de demonstração dos vínculos profundos que a Guerra de dominação, promovida pelos EUA/OTAN e a União Europeia, têm com a derrocada econômica mundial, e a consequente ação dos governos burgueses em todos os cantos.

O que se conclui desse breve apanhado das posições e da situação convulsiva que vive a França e o restante da Europa, considerando que vêm acontecendo greves em diversos países como Bélgica, Inglaterra etc., é que a classe operária tem sido a protago-

nista nessa mobilização, com a paralisação das refinarias e outros setores, sem contudo contar com seu partido operário revolucionário, que trabalhe por transformar essa mobilização grevista em movimento revolucionário, contra o governo de Macron e contra

***Em comum, entre esses sindicatos e partidos, está o fato de não encontrarmos nenhuma referência à Guerra na Ucrânia. O que mostra uma debilidade diante da monumental campanha de desinformação imperialista, mesmo nas organizações mais à esquerda. Impera uma total ausência de demonstração dos vínculos profundos que a Guerra de dominação, promovida pelos EUA/OTAN e a União Europeia, têm com a derrocada econômica mundial, e a consequente ação dos governos burgueses em todos os cantos.***

os capitalistas de conjunto. A crise de direção é profunda em todo o mundo e se manifesta de forma mais cruel, quando as massas mostram disposição para enfrentar as mais duras privações e repressão, sem, contudo, serem dirigidas por seu partido revolucionário marxista-leninista-trotskyista. Os comitês de luta nas fábricas e regiões mais mobilizadas são o germe da luta independente da classe operária e demais oprimidos para superar a crise de direção. É tarefa do proletariado também superar o enorme controle burocrático exercido pela CGT, que no momento está pela mobilização, mas pronta para enterrar esse movimento, sob o menor sinal dado por Macron, e voltar ao seu estado natural de negociações de gabinete com os governos capitalistas e patrões.

## Bolívia

# A grande manifestação operária de 30 de março seria o despertar do movimento fabril?

O atraso econômico do país se expressa na sua pobre industrialização. Não temos indústria pesada, as fábricas existentes, em geral, são pequenas. Não há fábricas com grande concentração de trabalhadores e a carência de postos de trabalho produz um gigantesco exército de reserva de força de trabalho desempregada, mergulhado no comércio informal para sobreviver miseravelmente.

Todos estes fatores influem na debilidade do movimento fabril. Os patrões chantageiam permanentemente seus trabalhadores com o fantasma da demissão ou fechamento das operações em troca dos trabalhadores se submeterem às arbitrariedades da patronal, esmagamento das conquistas sociais e econômicas da Lei Geral do Trabalho, demissões, redução de salários, atrasos salariais por meses, jornadas de trabalho maiores de 8 horas, não pagamento de horas-extras nem dominicais, desacato de sentenças constitucionais de reincorporação trabalhista, desconhecimento do direito de sindicalização etc.

O abuso patronal conta com a cumplicidade do governo, que olha para outro lado e permite que os patrões escravizem seus trabalhadores com plena liberdade. A burocracia sindical, degenerada que se tornou uma casta de sem vergonhas, servis ao governo, se encarrega de empurrar os trabalhadores ao labirinto legal da apodrecida justiça, para afogar qualquer tentativa das bases recorrerem à ação direta, para impor o respeito a seus direitos e à estabilidade no trabalho.

Mas o abuso patronal e a ação nefasta desse triângulo maldito entre empresários, governo e burocratas é insuportável e, desde as bases, os trabalhadores impuseram à burocracia corrupta a deliberação de fazer alguma coisa, obrigando-a a convocar a manifestação nacional de 30 de março.

Em La Paz, como em todo o interior, ocorreram grandes manifestações, multitudinárias e radicais, entoando marchinhas contra os patrões e a Justiça. Em La Paz, a multitudinária manifestação, com a participação de todas as fábricas, desceu do El Alto e se dirigiu às portas do Palácio da Justiça. Em Santa Cruz, os trabalhadores expulsaram da manifestação o burocrata maior, o descarado "Magro" Borda.

É o despertar do movimento fabril, que, para se potenciar, se deve unir à luta dos outros setores de explorados e oprimidos, como é o caso da luta que levam os professores neste momento.

Não esquecer que a união faz a força para lutar contra a burguesia nacional incapaz e entreguista e seus governos, por trabalho, saúde e educação para a maioria explorada ou oprimida, mergulhada no atraso e na miséria.

Uma sociedade que não pode dar a seus trabalhadores (escravos) o mínimo indispensável para viver e repor a força de trabalho não merece existir. Há que acabar com ela! Se impõe a necessidade da luta para expulsar a burguesia do poder e instaurar o governo de operários, camponeses e de todos os oprimidos.

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





# Massivas “assembleias populares” do magistério urbano calam a boca do governo e de seu estúpido ministro da Educação

No seu desespero para desqualificar a mobilização do magistério, a mente delirante do ministro Pary recorre ao velho argumento de que, no movimento de professores, há gente envolvida no suposto “golpe de estado” de 2019.

A referência ao “golpe de Estado” é a mesma lorota que repetem todos os ministros de Estado, como parte de uma estratégia que tenta incutir na cabeça da população, que em 2019 houve uma “ruptura do processo democrático”. Com essa finalidade, não tiveram escrúpulo em introduzir esta perniciosa tentativa nos manuais de estudo do Ministério de Educação.

O desespero dos massistas chegou ao extremo de fazerem

circular nas redes sociais uma grosseira e absurda mentira contra o dirigente mais destacado da luta do magistério, nosso camarada José Luis Álvares, acusando-o de que teria recebido 80.000 dólares de um tal Von Vacano do governo norte-americano interessado no litíio boliviano.

O patético ministro já não sabe o que inventar contra a liderança honesta do magistério urbano de La Paz. Somente consegue mostrar sua condição de caluniador, difamador da poderosa mobilização de professores e pais.

*(Extraído do Jornal Massas 2738, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

## Argentina

### Balanço do 24 de março: nossos 30.000 companheiros presos e desaparecidos lutavam pela democracia?

Esta afirmação foi reiterada nestas jornadas da Memória: que os 30.000 presos e desaparecidos “lutavam pela democracia”. É um grave erro político. Porque, dito assim, pode parecer que o objetivo deles era este regime político. Nada mais distante da realidade.

Eram 30.000 companheiros que defendiam a necessidade de uma revolução, que queriam transformar a sociedade e acabar com o capitalismo já apodrecido. Foram assassinados e desaparecidos por ocuparem um lugar na vanguarda operária e juvenil. A ditadura não se equivocou, trabalhou para acabar com essa vanguarda por ordem do grande capital e do imperialismo, que planejou a repressão em todo o continente.

Todos reivindicavam a ação direta de massas e assumiam a luta abertamente nas fábricas, bairros, colégios e universidades. Não é casual que dois de cada três desaparecidos fossem trabalhador. Em todo caso, poderíamos dizer que combatiam pela democracia sindical, para expulsar os burocratas traidores, para recuperar os sindicatos para os trabalhadores.

Uma vanguarda que se politizava, que se debatia pela estratégia, sobre qual era o caminho da revolução, desde aqueles que aspiravam por uma “pátria socialista” no peronismo até os que defendiam a estratégia da ditadura do proletariado. Parte deles considerava que havia que militar dentro do peronismo, porque as massas eram peronistas, porque a classe operária era peronista e havia que ganhar sua direção e, outros, que consideravam que havia que se independizar politicamente, que permanecer no peronismo era subordinar-se a sua política burguesa, aos burocratas e aos politiqueros partidários da conciliação de classes, da defesa da ordem capitalista.

Parte dos companheiros acreditava que o retorno de Perón era sua vitória e uma enorme vitória popular, e outros diziam que Peron não vinha para cumprir os seus sonhos, as demandas e

reivindicações postergadas, mas sim que vinha para “pacificar” e frear as lutas, dividi-las, utilizando-se de sua autoridade política. Todos esses companheiros davam a vida por suas ideias, com grande paixão e compromisso.

A criminoso repressão começou sob o governo democrático de Perón e Isabelita, com a criação das Tríplice A, com a intervenção dos governos provinciais, com a nomeação de Villar e Margaride à frente da Polícia Federal em janeiro de 1974, elementos com indiscutíveis antecedentes repressivos.

Quando recorremos à Memória histórica, devemos trazer a lembrança dos jornais operários e anti-imperialistas, os documentos da militância dos anos 1970, os panfletos, as declarações, os atos, as consignas da época, o que se pichava nas paredes e as assembleias. É muito doloroso ter perdido tão valiosos companheiros, tão militantes, com tanto esforço e sacrifício por tornarem conscientes dessa realidade que queimava, que teria de moldar e transformar. Muitas vezes, sem reparar nos perigos da repressão que espreitava, dos políticos e burocratas traidores, que se somavam à repressão junto à cúpula eclesiástica.

Contudo, muito mais doloroso é ver que muitos desses companheiros se tornaram democratizantes, pacifistas, que renegam aquele passado, aquelas ideias e se resignam a engolir todos os sapos ou a brigar por um posto no aparato do Estado. Continua sendo necessário um bom balanço do caminho percorrido, dos erros cometidos. Hoje a revolução é mais necessária e urgente do que há 50 anos atrás. O capitalismo está completamente esgotado e apodrecido e já não é necessário explicar isso a ninguém, está dramaticamente à vista de quem o queira enxergar.

*(Extraído do Jornal Massas nº 432, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*

## Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**

Israel

## Netanyahu suspende reforma judicial

No dia 27 de março, em meio a protestos massivos e a uma greve geral, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, alegando “responsabilidade nacional” e para “evitar uma divisão na nação”, anunciou a suspensão da tramitação da reforma judicial. A reforma, se aprovada, enfraqueceria a Suprema Corte, permitindo ao governo ter maior interferência na nomeação dos juizes, e ao parlamento, dominado pela aliança governista, poder anular decisões da Suprema Corte por maioria simples.

Para os manifestantes, a suspensão da reforma é insuficiente, pois exigem a sua retirada de pauta. Sem isso, Netanyahu poderá retomar a tramitação na próxima legislatura.

O recuo do primeiro-ministro desagradou à ala obscurantista, ultranacionalista, de seu governo, que exigia a aprovação imediata da reforma, a fim de retirar os mínimos obstáculos que restam para uma ofensiva aberta contra o povo palestino, na forma de massacres e avanço dos assentamentos de colonos judeus na Cisjordânia. Para apaziguar os ânimos, Netanyahu concedeu ao Ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, a criação de uma “guarda nacional” sob seu comando, o que se constituiria, na prática, como um elemento fascistizante no governo.

Para a decisão de Netanyahu de suspensão da reforma, pesou as críticas públicas do presidente norte-americano, Joe Biden, que repreendeu a investida do governo israelense de enfraquecer a Suprema Corte. Os atritos dos democratas com Netanyahu têm enorme peso, por serem os EUA o principal aliado de Israel, e o principal responsável pela sua existência. Uma crise dessa magnitude, caso saísse do controle, certamente prejudicaria os interesses estratégicos norte-americanos no Oriente Médio, principalmente diante do cerco ao Irã. Pesou também na decisão de Netanyahu as fissuras no interior das forças armadas, principalmente entre os reservistas, que viram na investida de Netanyahu um enfraquecimento do Estado sionista e da “democracia” burguesa.

A crise política em torno à reforma judicial tem se limitado ao campo da política burguesa. As manifestações e greve geral contra a reforma judicial não se contrapunham à política de anexação do território e de genocídio do povo palestino pelo Estado Sionista.



No dia 03/04, uma nova invasão do exército israelense na cidade de Nablus, Cisjordânia, matou mais dois palestinos, chegando a 94 mortos só em 2023. No dia 05 de abril, antes do amanhecer, a polícia israelense invadiu a mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém, e realizou uma brutal repressão, ferindo palestinos e destruindo objetos, com o saldo de 350 palestinos presos.

O acirramento dos conflitos envolvendo o Estado Sionista opressor ocorrem nos marcos do avanço da crise mundial do capitalismo, com o agravamento da guerra na Ucrânia e das tensões bélicas dos EUA e China no Indo-Pacífico. O Oriente Médio permanece como uma região estratégica de dominação do imperialismo norte-americano, no que diz respeito ao controle das fontes de matérias-primas (petróleo). O Estado Sionista foi imposto pelo imperialismo por meio do genocídio do povo palestino, como uma base de dominação do imperialismo norte-americano na região. A estratégia revolucionária não é outra senão a unidade dos palestinos e judeus oprimidos pela destruição do Estado sionista, e pela constituição de uma República Socialista da Palestina, uma e independente, como parte da constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

R\$5

Fundamentos e princípios  
do marxismo-leninismo-trotskismo

**Sobre o direito  
à autodeterminação  
das nações**

Coletânea de Textos  
Lênin e Trotsky






**Adquira  
com o  
distribuidor  
do Massas:**

**Combater o genocídio  
do povo palestino  
com o internacionalismo  
proletário**





2014

**Adquira já  
com o  
distribuidor  
do Massas**

**R\$ 5,00**

Partido  
Operário  
Revolucionário



## A guerra na Ucrânia entra no seu segundo ano

*Somente a classe operária, unida e em luta, pode combater o cerco imperialista à Rússia, pôr fim à guerra de dominação que leva à anexação e impor a autodeterminação da nação oprimida*



No jornal Massas 683, 684 e 685, publicamos pontos do folheto “Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação”, de Lênin. Agora, no jornal Massas 686, damos continuidade à divulgação das formulações de Lênin sobre a autodeterminação, o direito de separação e a anexação, publicando o ponto 8 “O particular e o geral na posição dos socialdemocratas internacionalistas holandeses e polacos”.

Lembramos que o objetivo da publicação desse folheto de Lênin é o de assimilar a experiência, a teoria e a posição programática do marxismo sobre a questão da autodeterminação, do direito de separação e da luta contra as anexações. O que diz respeito à guerra na Ucrânia, que exige da vanguarda com consciência de classe a compreensão de tais fundamentos. Está claro que a luta pela autodeterminação da Ucrânia diante do domínio imperialista expresso pelos Estados Unidos, por seus aliados e pela OTAN, de um lado, e pelos objetivos anexionistas da Rússia, de outro, ainda que defensivo, somente pode ser encarnada pelo proletariado com seu programa da revolução social e do internacionalismo.

O folheto de Lênin “Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação” atende diretamente às nossas necessidades presentes no que diz respeito à exposição sobre a anexação, que publicamos no jornal Massas 683. O ponto que agora publicamos abaixo traz uma discussão sobre a aplicabilidade programática nas condições concretas em que se colocava a discussão sobre a Holanda e a Polônia em meados de 1916. Lênin mostra a importância sobre a relação entre o fundamento geral da autodeterminação e as suas particularidades.

É de especial relevância a seguinte explicação: “em primeiro lugar, não há e não pode haver nenhuma reivindicação particular da democracia que não origine abuso, se

não se subordine o particular ao geral; não estamos obrigados a apoiar nem “toda” luta pela independência, nem “todo” movimento republicano ou anticlerical. Em segundo lugar, não há e não pode haver nenhuma formulação da luta contra a opressão nacional que não padeça do mesmo “defeito”. O próprio Radek empregou em Berner Tagwacht (1915, número 253) a fórmula: “contra anexações velhas e novas”. Qualquer nacionalista polaco “deduzirá” legitimamente dessa fórmula: “A Polônia é vítima de uma anexação, estou contra a anexação, isto é, estou pela independência da Polônia”. Rosa Luxemburgo, que expressou, segundo me recordo, em um artigo de 1908, a opinião de que bastava a fórmula “contra a opressão nacional”. Mas qualquer nacionalista polaco dirá – e com todo o direito – que a anexação é uma das formas de opressão nacional e, portanto, etc.”

Em seguida, Lênin faz a demonstração prática: “Tome-se, porém, no lugar desses argumentos gerais, as condições particulares da Polônia: sua independência é agora “irrealizável” sem guerras ou revoluções. Estar por uma guerra europeia somente para restabelecer a Polônia significa ser um nacionalista da pior espécie, colocar os interesses de um pequeno número de polacos acima dos interesses de milhões de pessoas, vítimas da guerra. E é precisamente o que fazem, por exemplo, os “fraki” (Fração revolucionária, ala direita do Partido Socialista Polaco – PSP), socialistas só de palavras, contra aqueles que os socialdemocratas polacos têm mil vezes razão. Defender a consigna da independência da Polônia agora, com a atual posição das potências imperialistas vizinhas, significa, na realidade, perseguir uma utopia, cair em um nacionalismo estreito, esquecer a premissa da revolução europeia ou, pelo menos, russa e alemã”.

Parece-nos indispensável a conclusão: “É indiscutível que a situação é muito complexa, mas há uma saída, com a qual todos os participantes seguirão sendo internacionalistas: os socialdemocratas russos e alemães devem exigir a incondicional “liberdade de separação” para a Polônia; os socialdemocratas polacos devem lutar pela unidade da luta proletária nos países pequenos e grandes, sem formular a consigna da independência polaca para uma época dada ou um período dado”.

### **Abaixo publicamos o ponto 8**

#### **8 – O particular e o geral na posição dos socialdemocratas internacionalistas holandeses e polacos**

Não há a menor dúvida de que os marxistas holandeses e polacos, que se opõem à autodeterminação, pertencem aos melhores elementos revolucionários internacionalistas da socialdemocracia internacional. Como é possível, então, que

seus raciocínios teóricos sejam, tal como vimos, um monte de erros? Nem um só raciocínio geral acertado, nada mais que “economicismo imperialista”!

A explicação do assunto não está, nem muito menos, nos graves defeitos subjetivos dos camaradas holandeses e polacos, mas sim nas particulares condições objetivas de seus respectivos países. 1) Ambos países são pequenos e indefesos no “sistema” atual das grandes potências; 2) ambos estão geograficamente situados entre os rapinas imperialistas de força gigantesca e rivalidade especialmente aguda (Inglaterra e Alemanha; Alemanha e Rússia); 3) em ambos são ainda terrivelmente fortes as recordações e as tradições dos tempos em que eles eram “grandes potências”: Holanda foi uma grande potência colonialista, mais forte que a Inglaterra; Polônia foi uma grande potência, mais culta e mais forte do que a Rússia e a Prússia; 4) ambos conservam, ainda, os privilégios, que consistem na opressão de outros povos: o burguês holandês possui as riquíssimas Índias Holandesas; os latifundiários polacos oprime os “mujik” ucraniano e bielorrusso; o burguês polaco, o judeu etc.

Semelhante peculiaridade, composta da combinação dessas quatro condições particulares, não se achará na Irlanda, Portugal (que foi por um tempo anexada pela Espanha), Alsácia, Noruega, Finlândia, Ucrânia, as regiões letonas e bielorrussa e muitas outras. E nessa particularidade está toda essência do assunto! Quando os socialdemocratas holandeses e polacos se pronunciam contra a autodeterminação, com ajuda de argumentos gerais, isto é, relativos ao imperialismo em geral, ao socialismo em geral, à democracia em geral e à opressão nacional em geral, podemos dizer verdadeiramente que saem de um erro para cair em outro. Mas somente é necessário descartar esse invólucro de argumentos gerais, evidentemente equivocado, e estudar a essência da questão do ponto de vista das condições particulares da Holanda e Polônia, para que sua posição peculiar se torne compreensível e perfeitamente legítima. Pode-se dizer, sem medo de cair em um paradoxo, que, quando os marxistas holandeses e polacos se levantam contra a autodeterminação, não dizem exatamente o que querem dizer, ou seja, não querem dizer totalmente o que dizem.

Já citamos um exemplo em nossas teses. Gorter é contra a autodeterminação de seu país, mas é a favor da autodeter-

minação das Índias Holandesas, que “seu” país oprime! É surpreendente, então, que vejamos nele um internacionalista mais sincero e um correligionário mais próximo de nós, que nas pessoas que reconhecem a autodeterminação de um modo tal, com tanta hipocrisia, tanto de palavra, como Kautsky entre os alemães e Trotsky e Martov entre nós? Dos princípios gerais e fundamentais do marxismo se deduz inquestionavelmente o dever de lutar pela liberdade de separação das nações oprimidas por “minha própria” nação, mas não se deduz de modo algum a necessidade de considerar que a independência precisamente da Holanda seja uma questão de importância fundamental, Holanda que padece por seu estreito isolamento, empedernido, egoísta e embrutecedor: que se afunde todo o mundo, não é assunto nosso, “nós” estamos contentes como nosso velho botim e suas riquíssimas “migalhas”: as Índias; os demais, a nós pouco interessa!



Outro exemplo é Karl Radek, um socialdemocrata polaco, especialmente meritório por sua decidida luta pelo internacionalismo na socialdemocracia alemã, no início da guerra, aquele que se rebela furioso contra a autodeterminação em um artigo intitulado “O Direito das Nações à Autodeterminação” (Lichtstrahlen, revista mensal da esquerda radical, dirigida por Borchardt, proibida pela censura prussiana, em 1915, 5 de dezembro, terceiro ano, número 3), citando, de passagem, exclusivamente os autores holandeses e polacos em seu apoio, e formulando,

entre outros, o seguinte argumento: o direito das nações à autodeterminação alimenta a ideia “de que, ao que parece, é obrigação da socialdemocracia apoiar toda luta pela independência”.

Do ponto de vista da teoria geral, este argumento é claramente indignante, pois é claramente ilógico: em primeiro lugar, não há e não pode haver nenhuma reivindicação particular da democracia que não origine abuso, se não se subordine o particular ao geral; não estamos obrigados a apoiar nem “toda” luta pela independência, nem “todo” movimento republicano ou anticlerical. Em segundo lugar, não há e não pode haver nenhuma formulação da luta contra a opressão nacional que não padeça do mesmo “defeito”. O próprio Radek empregou em Berner Tagwacht (1915, número 253) a fórmula: “contra anexações velhas e novas”. Qualquer nacionalista polaco “deduzirá” legitimamente

dessa fórmula: “A Polônia é vítima de uma anexação, estou contra a anexação, isto é, estou pela independência da Polônia”. Rosa Luxemburgo, que expressou, segundo me recordo, em um artigo de 1908, a opinião de que bastava a fórmula “contra a opressão nacional”. Mas qualquer nacionalista polaco dirá – e com todo o direito - que a anexação é uma das formas de opressão nacional e, portanto, etc.

Tome-se, porém, no lugar desses argumentos gerais, as condições particulares da Polônia: sua independência é agora “irrealizável” sem guerras ou revoluções. Estar por uma guerra europeia somente para restabelecer a Polônia significa ser um nacionalista da pior espécie, colocar os interesses de um pequeno número de polacos acima dos interesses de milhões de pessoas, vítimas da guerra. E é precisamente o que fazem, por exemplo, os “fraki” (Fração revolucionária, ala direita do Partido Socialista Polaco – PSP), socialistas só de palavras, contra aqueles que os socialdemocratas polacos têm mil vezes razão. Defender a consigna da independência da Polônia agora, com a atual posição das potências imperialistas vizinhas, significa, na realidade, perseguir uma utopia, cair em um nacionalismo estreito, esquecer a premissa da revolução europeia ou, pelo menos, russa e alemã. Do mesmo modo que defender na Rússia de 1908 -1914 a consigna de liberdade de associação, como uma consigna independente, tivesse como significado perseguir uma utopia e ajudar objetivamente o partido operário stolipiniano (hoje o partido de Potresov- Gvozdiev, que, por sinal, é o mesmo). Mas teria sido uma loucura eliminar em geral a reivindicação da liberdade da associação do programa da socialdemocracia!

O terceiro exemplo, sem dúvida, o mais importante. Nas teses polacas (III, 2, no final) lemos, contra a ideia de um Estado tampão polaco independente, que isto é uma “vã utopia

**LANÇAMENTO!**

**GUERRA NA UCRÂNIA**

Posição e resposta do internacionalismo proletário

**R\$ 40**



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

de pequenos grupos impotentes. Se colocada à prática, tivesse significado a criação de um pequeno fragmento de um Estado polaco, que seria colônia militar de um ou outro grupo das grandes potências, um brinquedo de seus interesses militares e econômicos, zona de exploração para o capital estrangeiro, campo de batalha para guerras futuras.” Tudo isso é muito certo, empregado contra a consigna de independência da Polônia agora, pois, inclusive, a revolução somente na Polônia não mudaria, e a atenção das massas polacas teria se desviado do principal: da relação entre sua luta e a do proletariado russo e alemão. Não é um paradoxo, mas sim um fato, que o proletariado polaco, como tal, agora pode ajudar à causa do socialismo e da liberdade - também da Polônia -, somente se se luta juntamente com os proletários dos países vizinhos contra os estreitos nacionalistas polacos. É impossível negar o grande mérito histórico dos socialdemocratas polacos na luta contra os nacionalistas.

Mas os mesmos argumentos, acertados do ponto de vista das condições particulares da Polônia na época presente, são claramente equivocados na forma geral em que se expressa. A Polônia sempre será campo de batalha nas guerras entre Alemanha e Rússia, enquanto existirem guerras, mas isso não é um argumento contra uma maior liberdade política (consequentemente, independência política) nos períodos entre as guerras. O mesmo podemos dizer das considerações sobre a exploração pelo capital estrangeiro, ou sobre o papel de brinquedo dos interesses estrangeiros. Os socialdemocratas polacos não podem colocar agora a consigna da independência da Polônia porque, como proletários internacionalistas, os polacos nada podem fazer para isso sem cair, igualmente aos “fraki”, em um baixo servilismo diante de uma das monarquias imperialistas. Mas aos operários russos e alemães não lhes é indiferente saber se participarão da anexação da Polônia (a qual significaria educar os operários e camponeses alemães e russos na vilania mais ruim, induzindo-os a aceitar o papel de verdugos de outros povos) ou se Polônia será independente.

É indispensável que a situação é muito complexa, mas há uma saída, com a qual todos os participantes seguirão sendo internacionalistas: os socialdemocratas russos e alemães devem exigir a incondicional “liberdade de separação” para a Polônia; os socialdemocratas polacos devem lutar pela unidade da luta proletária nos países pequenos e grandes, sem formular a consigna da independência polaca para uma época dada ou um período dado.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXIII, Akal Editor)

**BOLETIM CERQUI**  
Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**  
Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional  
Versão em Português | Nº 37 - Março 2023

**A guerra na Ucrânia entra em seu segundo ano**  
**Estados Unidos e OTAN**  
**prolongam a conflagração bélica**

**A escalada militar**  
**ameaça converter-se**  
**em uma catástrofe**  
**mundial**

**Fortalecer a campanha**  
**internacionalista do CERQUI pelo**  
**fim da guerra de dominação**

**Somente a classe operária, unida e**  
**em luta, pode enfrentar e derrotar**  
**esse perigo para a humanidade**

**Versão em Português**  
**Nº 37 | MARÇO DE 2023**

**Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:**

- (11) 9 5446-2020
- massas.por
- massas.org
- anchor.fm/por-massas
- por@pormassas.org
- t.me/massas\_por

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

